

NOTÍCIAS E RECENSÕES

I Encontro Internacional de Estudos Medievais

(São Paulo, USP, Jul. 1995)

Sob a égide do «Programa de Estudos Medievais» das Universidades de São Paulo (USP), Estadual de Campinas (UNICAMP) e Estadual Paulista (UNESP), decorreu na primeira destas Universidades, de 4 a 6 de Julho do corrente ano, o *Encontro* sobre a temática em epígrafe, contando com a dinâmica organização das Prof.^{as} Yara Frateschi Vieira (UNICAMP e U. Albany, NY, EUA) e Lênia Márcia Medeiros Mongelli (USP).

Compreendeu o Encontro 7 sessões plenárias e 10 sectoriais, e ainda uma sessão para lançamento público de dois livros (Lênia Márcia Mongelli, M.^a do Amparo T. Maleval e Yara Frateschi Vieira, *Vozes do Trovadorismo galaico-português*, São Paulo, FTD, 1995; e *Do Cancioneiro de D. Dinis*, coord. Lênia Márcia Mongelli, São Paulo, Íbis, 1995). Quatro das sessões plenárias foram consagradas às intervenções dos conferencistas convidados, a saber:

— Ruy Afonso da Costa Nunes (USP), «Da alegria do amor ao deus de amor»;

— M.^a Elsa de Jesus Gonçalves (UL), «Tradição manuscrita e edição de texto: experiências ecdóticas no campo da poesia trovadoresca galaico-portuguesa»;

— Armando Luís de Carvalho Homem (UP e UAL), «Ser historiador em Portugal, hoje»;

— Evanildo Bechara (UERJ), «Um aspecto linguístico no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte»;

— e Cleonice Berardinelli (UFRJ), «A permanência do teatro medieval no século XVI».

Em duas outras sessões plenárias foram feitos relatos de algumas investigações actualmente em curso; concretizando:

— Maria Luíza de Carvalho Armando (*sic*) e equipe (UFRGS), «A tradição da lírica amorosa galaico-portuguesa na produção poético-lírica posterior de Portugal»;

— Tereza Aline Pereira de Queiroz (USP), «Melancolia e *accidia* na composição do pecado da preguiça no século XV»;

— Maria do Amparo Tavares Maleval (UEF), «Trovadorismo galego-português e Neotrovadorismo galego»;

— Leodegário de Azevedo Filho (UERJ), «Leitura simbólica das cantigas de Pero Meogo»;

— Jônatas Batista Neto (USP), «A influência persa no Império Bizantino»;

— e Carlos Alberto Iannone e equipe (UNESP), «A Idade Média em Portugal. Reflexos na Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX».

As sessões sectoriais compreenderam um total de 40 comunicações, em torno das seguintes temáticas: «A edição de textos medievais»; «A cidade na Baixa Idade Média» (2 sessões); «O código amoroso e a arte de trovar na poesia lírica galego-portuguesa»; «As representações simbólicas na cultura medieval nos séculos XIII a XV» (2 sessões); «O teatro medieval e a Corte»; «A hagiografia medieval»; «As poéticas dos séculos XII e XIII»; e «A 'aventura' cavaleiresca na novelística medieval».

Na sessão plenária de encerramento procedeu-se à avaliação do *Encontro* (prática hoje corrente no mundo anglo-saxónico), tendo sido proposta a criação de uma Associação Brasileira de Estudos Medievais (para a comissão instaladora foram designadas as duas organizadoras do *Encontro* e ainda o Prof. Hilário Franco Jr. [USP]).

Conforme se depreende de um simples e rápido percurso das temáticas abordadas, 3 foram as áreas em causa: os estudos históricos, os estudos literários e os estudos filológico-linguísticos. O que de imediato nos poderá dar uma ideia de algumas assimetrias verificadas. Porque se os estudos de Literatura e de Filologia medieval portuguesas têm uma longa e prestigiada tradição no Brasil (e alguns dos seus expoentes foram vozes activas no *Encontro*; para além da lembrança perene do MESTRE — e meu grande Amigo — que foi Celso Cunha [1917-1989]), já o interesse dos universitários brasileiros pela História Medieval é bem mais recente. Aí por 1984/85, proferindo conferências em Portugal por ocasião das comemorações do centenário de Jaime Cortesão, M.^a Beatriz Nizza da Silva (USP) salientava o peso da contemporaneidade (o século XX) na recente (ao tempo) Historiografia brasileira; mas salientava também que — e nomeadamente nas Universidades paulistas — algo estaria a querer mudar. Passava-se isto, como disse, há uns dez anos atrás. Na proximidade temporal da campanha das *Directas, já!* e da eleição de Tancredo Neves. Ou seja, ao darem-se no Brasil passos decisivos no sentido do regresso à democracia representativa, não deixou tal circunstância de se reflectir no labor dos *profissionais de Clio*, buscando-se nomeadamente um aprofundar do conhecimento das raízes históricas dos problemas da sociedade brasileira; o que poderia incluir as sociedades da Idade Média europeia, muito particularmente ibérica¹; e, acima de tudo (poderia logicamente pensar-se), o Portugal Medieval.

¹ Cf. a este respeito as considerações de José Mattoso no «Prefácio» ao livro de Hilário FRANCO Jr., *Peregrinos, Monges e Guerreiros: Feudo-Clericalismo e Religiosidade em Castela Medieval*, São Paulo, HUCITEC, 1990, pp. 7-8.

E hoje, como estamos em termos de medievismo brasileiro?

É evidente que quando de tal se fala não faltará quem, entre nós, manifeste algum cepticismo/pessimismo quanto aos resultados finais. É estado de espírito que, pessoalmente, não partilho². E não partilho porque tenho presentes alguns antecedentes ilustres que comprovam a não impossibilidade de cultivar com êxito a *História Medieval* em países que não tiveram Idade Média:

— Claudio Sanchez-Albornoz logrou-o há umas boas décadas, a partir de uma (então) remota cidade da Argentina;

— e na Historiografia brasileira (e paulista em particular) tenha-se em atenção um Eurípides Simões de Paula (fundador da prestigiada *Revista de História*, da USP) ou um Eduardo de Oliveira França; ou, num outro plano, um Manuel Nunes Dias.

Simplesmente, *que* Idade Média é, no fim de contas, cultivanda (e cultivável) em terras de Vera Cruz? Entendamo-nos. O Brasil é uma 'projectão' trans-atlântica das sociedades de uma Europa cristã e ocidental (leia-se *latina e romana*). Se do que de facto se trata é da busca das raízes medievais do Brasil, nunca este quadro cultural de referência deve ser perdido de vista. E, assim sendo, o projecto de Jônatas B. Neto não deixa de ser suscitador de alguma perplexidade. Radicalizando (ainda que de forma interrogativa): não será que uma *História Medieval* cultivada no Brasil deveria ter por primacial objecto a Idade Média da Península Ibérica? Quanto mais não fosse por uma questão de acessibilidade linguística das fontes escritas...

Muitos dos pequenos-grandes equívocos que aqui deixo implícitos estiveram plenamente presentes nas comunicações apresentadas nas sessões dedicadas às cidades da «Baixa Idade Média» (como impropriamente se continuam a designar além-Atlântico os tempos post-Ano Mil) ou às representações simbólicas na cultura medieval: a 'fuga' para a História das Mentalidades, o alibi da difícil acessibilidade das «fontes primárias», o *re-fum-fum* (como diria J. S. da Silva Dias) das «fontes secundárias» e (sobretudo) das «fontes literárias», etc., etc.

Entendamo-nos, novamente. O Brasil só logrará a edificação de uma verdadeira Historiografia medievística integrando-se no quadro referencial do medievismo europeu (conhecimento de correntes historiográficas³, etc.) e investigando aquilo que, por uma questão de acessibilidade linguística, mais próximo se encontra dos respectivos investigadores: as sociedades medievais da Península Ibérica. Por outro lado, não se confunda *investigação* com trabalhos de mera dimensão escolar. Finalmente, e na era dita das *Novas Tecnologias*, não parece já muito sustentável o alibi da inacessibilidade das fontes primárias⁴; haverá é que abordá-las convenientemente; foi por esta razão que,

² Nada pessimista é igualmente a posição de J. Mattoso, no texto referido na nota anterior, quando, entre outras coisas, avança: «escrevo este prefácio (...) para deste modo encorajar também os colegas de Hilário Franco Júnior, que com ele acreditam na necessidade de mostrar aos brasileiros as suas origens europeias» (*Loc. cit.*, p. 7).

³ Evidentemente que isto toca um problema de solução nada fácil: o da circulação do livro entre a Europa (mormente latina) e o Brasil. As Editoras Universitárias brasileiras têm tido uma boa política de traduções. Mas é óbvio que não se traduzem revistas ou actas de congressos...

⁴ Note-se que isto não toca apenas, no Brasil, a investigação histórica. Do lado dos Estudos Filológicos e Literários não faltam os que denunciam o «imperialismo da Filologia e da Crítica Textual», e que, por exemplo, no tocante às Cantigas de Escárnio e Mal-Dizer, continuam a utilizar a edição Rodrigues Lapa como se definitiva fosse; i.e., fazendo a última coisa que Rodrigues Lapa quereria. Só que esta atitude também do lado de cá se encontrava: veja-se o exemplo da recente tese de doutoramento de Américo Lindeza Diogo (U. Minho). Tudo isto foi apontado (suave, mas percutientemente) na intervenção de M.^a Elsa Gonçalves.

na sessão plenária de encerramento, sugeri a introdução nas post-graduações em *História Medieval* de dois tipos de disciplinas, a saber:

— *Paleografia e Diplomática Medieval* (matérias actualmente só leccionadas na UFRJ);

— e *Tipologia e Crítica das Fontes Medievais da Península Ibérica*.

Não se depreenda, no entanto, de tudo o que acabo de escrever que as necessárias adaptações dependem somente dos nossos irmãos brasileiros. Entre os universitários portugueses haverá que superar de vez uma frequente *sobranceria* face a quantos, vindos de além-Atlântico, demandam o nosso País na senda de orientação para trabalhos de índole medieva.

Não se depreenda também das minhas palavras um balanço global negativo das secções propriamente históricas do *Encontro*. De modo algum. Na secção votada à História Urbana apraz-me registar a excelente qualidade de algumas comunicações:

— Caso de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (UFRJ), «La Rioja e Gonzalo de Berceo: fronteira e cultura»;

— caso de Teresa Vitória F. Alves (UFRJ), «Oficiais e ofícios: um universo multifacetado na Estremadura Portuguesa»;

— caso de Gracilda Alves (UFRJ), «Água: um universo determinante na Estremadura portuguesa»⁵; esta comunicação e a anterior foram das raras estribadas em documentação de arquivo.

Noutras secções, destaque ainda para:

— José Rivair Macedo (USP), «Um gênero cômico medieval: o *fabliau*»;

— Marisa Mikahil Boccalato (PUC/SP), «*Tristão e Isolda* e as trovas corteses: faces do imaginário»;

— Paula Bernardes Sória (USP), «Os *Fabliaux*: o judeu no imaginário medieval»;

— e Teresa Candolo-Câmara (UNICAMP), «Hagiografia medieval portuguesa — *Exemplum*» («*Conto de amaro*, da 'Collecção Mystica de Fr. Hylário da Lourinhã...'»).

E destaque do novo para a intervenção de Tereza Aline Pereira de Queiroz, atrás referida.

⁵ É de saudar vivamente a participação de Gracilda Alves no *Encontro*, porquanto esta investigadora foi alvo há anos, em São Paulo, de uma *cabala* universitária de todo o tamanho. E a 'estória' chegou a Portugal *MUITO MAL CONTADA!*... O seu 'reaparecimento' não poderia ter decorrido, cientificamente, sob melhores auspícios.

Cumpre-me realçar, por último, o ambiente caloroso em que decorreu todo o *Encontro* e a recepção fidalga de que foram objecto os dois convidados portugueses. Para os medievistas do nosso País, que até agora têm privilegiado os contactos com Universidades dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, múltiplas novas portas ficaram abertas. E aguardemos a publicação para breve (tal como prometido) dos *Anais do Encontro*.

Porto, 12 de Agosto de 1995.

Armando Luís de Carvalho Homem

XVIII^e Congrès International des Sciences Historiques

(Montréal, 27.Ag.º03.Set. 1995).

«Faut-il rappeler que la conscience que la science historique a d'elle-même, de sa marche, de ses options méthodologiques et de son devenir, constitue une source de réflexion essentielle pour l'avancement de notre discipline?» (*François BÉDARIDA*)¹

Sob a égide do Comité International des Sciences Historiques (CISH) (fundado em 1926), acaba de realizar-se a 18.^a edição do *forum* mundial dos historiadores. Iniciativa respeitável, sem sombra de dúvida: a 1.^a edição remonta a Paris/1900. De periodicidade quinquenal a partir da 3.^a edição (Berlim/1908), apenas as duas Guerras Mundiais interronperam a regularidade das reuniões: não houve efectivamente Congressos em 1918, 1943 e 1948; retomados em 1950 (10.^a ed., Paris), a regularidade da realização não mais foi perturbada. A edição do presente ano foi a segunda realizada fora da Europa, apenas antecedida, há 20 anos, pelo 14.^o Congresso (S. Francisco).

Poderá parecer um lugar-comum, mas a verdade é que a reunião de Montréal não deixou de traduzir as interrogações/indecisões da Historiografia e/ou do Mundo actual. O XVIII^e Congrès compreendeu um total de 3 temas *maiores*, 16 temas *especializados*, 36 *mesas-redondas* e ainda os Colóquios específicos dos 22 *Organismos Internacionais filiados* no CISH e das suas 18 *Comissões Internas*². E essa dimensão *situacional* (numa média duração) das problemáticas propostas está desde logo patente em temas como:

¹ «Rapport du secrétaire général du CISH» (Cf. *infra*, nota (2)), p. 1.

² Na redacção da presente notícia, e para além da nossa observação pessoal, servimo-nos dos seguintes elementos: XVIII^e Congrès International des Sciences Historiques/18th International Congress of Historical Sciences — 1995: *Actes /Proceedings. Rapports, résumés et présentations des tables rondes/Reports, Abstracts and Introductions to Round Tables*, ed. Claude MORIN, Montréal, Comité International des Sciences Historiques/International Committee of Historical Sciences, 1995, 516 pp. (volume doravante referido como *Actes*); «Rapport du secrétaire général du CISH» [François Bédarida] (texto policop. de 11 pp.); e «Liste des participants/List of participants» (listagem policop. de 93 pp.).

- «Nações, povos e Estados (Etnias e povos indígenas, Estados-nações e Estados multiculturais; antigos e novos nacionalismos)» (Tema *maior* n.º 1, coord. F. Bédarida [França] e N. Roussellier [id.]);
- «As diásporas: origens, formas e significado (Gregos, Judeus, Indianos, Chineses, Portugueses, Irlandeses, Arménios, etc.)» (Tema *maior* n.º 3, coord. N. Z. Davis [EUA] e Y. Kaplan [Israel]);
- «O poder e a liberdade da investigação histórica e dos seus meios de difusão» (Tema *especializado* n.º 1, coord. A. O. Tchoubarian [Rússia]³; de algum modo complementar, a temática da *mesa-redonda* n.º 35, «Presente e futuro das revistas de História», coord. D. L. Ransel [EUA]);
- «A história oral: balanço de um quarto de século de reflexão metodológica e de trabalhos» (Tema *especializado* n.º 4, coord. P. Joutard [França]);
- «Os movimentos religiosos entre o proselitismo, a intolerância e a liberdade» (Tema *especializado* n.º 6, coord. K. Elm [Alemanha]);
- «A história do ambiente: um retorno à macro-história? (Economia e ecologia: inimigas ou aliadas?)» (Tema *especializado* n.º 14, coord. J.-P. Poussou [França] e E. Crouzet-Pavan [id.]);
- «A construção das identidades sociais» (*Mesa-redonda* n.º 6, coord. R. Chartier [França]);
- «A demografia urbana perante a industrialização» (*Mesa-redonda* n.º 8, coord. A. Brändström [Suécia] e L.-G. Tedebbrand [id.]);
- «Estado, sociedade e doença: as políticas de saúde pública» (*Mesa-redonda* n.º 9, coord. M. C. Nelson [Suécia] e J. Rogers [id.]);
- «A questão das minorias nacionais nas sociedades de tipos liberal e soviético» (*Mesa-redonda* n.º 13, coord. F. Glatz [Hungria]);
- «O papel dos 'emigrados' na criação ou ressurreição dos Estados da Europa centro-oriental no século XX» (*Mesa-redonda* n.º 14, coord. M. Stolarik [Canadá]);
- «O fim dos regimes totalitários contemporâneos: Europa do Sul, Europa do Leste e América Latina» (*Mesa-redonda* n.º 15, coord. H.-J. Puhle [Alemanha]);
- «As transformações sistémicas das sociedades rurais da Europa central e oriental antes e depois de 1989» (*Mesa-redonda* n.º 23, coord. S. Minamizuka [Japão]);
- «A transformação do conceito de 'sistema' nas relações internacionais» (*Mesa-redonda* n.º 30, coord. S. Hatano [Japão] e H. Kleinschmidt [id.]);
- «A arquivagem electrónica, o registo e a comunicação dos dados históricos visuais» (*Mesa-redonda* n.º 34, coord. A. Bolvig [Dinamarca]);
- «As mudanças na Europa de Sudeste a partir de 1985: análises e perspectivas» (Colóquio da **Association Internationale d'Études du Sud-Est Européen**, coord. R. Theodorescu [Roménia]);
- «Repensar as revoluções russas» (Colóquio da **Commission Internationale pour l'Histoire de la Révolution d'Octobre**, coord. P. V. Volobouev [Rússia]);
- e «A cultura política e a influência dos movimentos pacifistas no fim da Guerra Fria» (Colóquio da **Peace History Society**, coord. J. Kimball [EUA]).

Igualmente de grande actualidade, mas algo mais *datados* no seu *circunstancialismo* (aqui mais marcadamente historiográfico), terão sido temas como:

³ Embora abordando um tema algo mais datado, é de oportunníssima leitura a contribuição de H. Shapiro (EUA), «Political Correctness and the American Historical Profession» (cf. resumo em *Actes*, pp. 156-8).

- «A relação masculino/feminino nas grandes mutações históricas (História da diferença dos sexos e do seu impacto: estudos de caso)» (Tema *maior* n.º 2, coord. F. M. de Haan [Holanda] e C. G. Moses [EUA]);
- «Ficção, narratividade, objectividade (História, Literatura, objectividade histórica)» (Tema *especializado* n.º 2, coord. M. Miyake [Japão] e N. Partner [Canadá])⁴;
- «Repensar as revoluções científicas» (Tema *especializado* n.º 5, coord. M. Heyd [Israel] e P. Redondi [Itália]);
- «Velhice e envelhecimento» (Tema *especializado* n.º 8, coord. T. C. Barker [Grã-Bretanha] e P. Johnson [id.]);
- «A infância na história» (Tema *especializado* n.º 9, coord. K. Péter [Hungria]);
- «Guerra e cultura» (Tema *especializado* n.º 11, coord. W. Mommsen [Alemanha] e E. Mugurevics [Letónia]);
- «Castigo, justiça e prisão através da história» (Tema *especializado* n.º 12, coord. X. Rousseau [Bélgica] e C. Emsley [Grã-Bretanha]);
- «As reacções ao Holocausto» (*Mesa-redonda* n.º 17, coord. M. R. Marrus [Canadá]);
- «O estabelecimento das fronteiras na Europa depois das duas guerras mundiais: um estudo comparado» (Colóquio da **Association Internationale d'Histoire Contemporaine de l'Europe**, coord. A. Fleury [Suíça]);
- «1945: consequências e sequelas da Segunda Guerra Mundial» (Colóquio do **Comité International d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale**, coord. H. Rousso [França]);
- «O sistema soviético e a historiografia, 1917-1989: a influência do marxismo-leninismo nas ciências históricas» (Colóquio da **Commission d'Histoire de l'Historiographie**, coord. A. Pók [Hungria]);
- «As culturas religiosas da América: raízes europeias e transformações» (Colóquio da **Commission Internationale d'Histoire Ecclésiastique comparée**, coord. M. Pacaut [França]);
- «O Sionismo à luz dos movimentos nacionais na Europa e no Médio Oriente» (Colóquio de **The International Association of Historical Societies for the Study of Jewish History**, coord. Z. Yekutieli [Israel]);
- «Ensino da história e diversidade de perspectivas nas sociedades multiculturais: a questão dos valores» (Colóquio da **Société Internationale pour la Didactique de l'Histoire**, coord. K. Pellens [Alemanha]);
- «Do paradigma social ao paradigma político: verdadeira ou falsa viragem na historiografia revolucionária?» (Colóquio da **Commission Internationale d'Histoire de la Révolution Française**, coord. M. Vovelle [França]);
- «Família, demografia e reprodução social» (Colóquio da **Commission Internationale de Démographie Historique**, coord. A. Fauve-Chamoux [França]);
- «Mulheres, colonialismos, imperialismos e nacionalismos através dos tempos» (Colóquio da **Fédération Internationale pour la Recherche de l'Histoire des Femmes**, coord. K. Offen [EUA]);

⁴ As questões abordadas nesta sessão não deixaram de apresentar múltiplos pontos de contacto com a temática de um Colóquio organizado em 1992 pela U. Complutense, até pelas presenças comuns do espanhol I. Olábarri e do alemão J. Rüsen: cf. *New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva historia*, ed. J. ANDRES-GALLEGO, Madrid, Editorial ACTAS, 1992; veja-se, entre nós, a recensão crítica ao volume, por M.ª Rita L. GARNEL, em *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, II sér., XI (1994), pp. 577-80.

— e «A história da infância e da juventude do ponto de vista do género» (Colóquio da **International Standing Conference for the History of Education**, coord. M. Depaepe [Bélgica]).

Mas não faltaram também temáticas no âmbito de uma boa, sólida e clássica *História Económica e Social*⁵. Vejamos alguns exemplos:

— «'O desenvolvimento do subdesenvolvimento?': a experiência do Terceiro Mundo» (Tema *especializado* n.º 13, coord. A. K. Bagchi [Índia]); algo na mesma linha foi o Colóquio da **Association Internationale d'Histoire Économique**: «Porque é que o Ocidente enriqueceu e o Terceiro Mundo estagnou?», coord. J. Goy [França];

— «Os meios de transporte nas sociedades pré-industriais» (Tema *especializado* n.º 15, coord. J. L. Langdon [Canadá]);

— «A banca e a sua influência no capitalismo comercial e industrial na Europa, na América e na Ásia (sécs. XIII-XX)» (Tema *especializado* n.º 16, coord. A. Teichova [Grã-Bretanha], G. Kurgan van Hentenryk [Bélgica] e D. Ziegler [Alemanha]);

— «Estruturas e culturas da burguesia europeia no século XIX: investigações e interpretações recentes» (*Mesa-redonda* n.º 1, coord. J. Kocka [Alemanha]);

— «O papel político da classe operária: mito e realidade» (*Mesa-redonda* n.º 2, coord. J. Zarnowski [Polónia]);

— «Para além da social-democracia: os movimentos operários revolucionários» (*Mesa-redonda* n.º 3, coord. W. A. Pelz [EUA]);

— «As leis sumptuárias na Europa pré-industrial (sécs. XIII-XVIII)» (*Mesa-redonda* n.º 21, coord. N. Harte [Grã-Bretanha]);

— e «A cadeia alimentar transatlântica: as trocas a partir de 1492 (colheitas, animais e comestíveis)» (*Mesa-redonda* n.º 24, coord. E. J. T. Collins [Grã-Bretanha] e F. M. L. Thompson [id.]).

E não faltaram, finalmente, problemáticas clássicas e de actualidade perene, ou manifestações de uma sólida e reconfortante erudição, que, assim se prova, serão de todos os tempos. Exemplificando:

— «A decadência como conceito histórico» (Tema *especializado* n.º 2, coord. A. Maczak [Polónia] e E. Benito Ruano [Espanha]);

— «A queda dos impérios: uma perspectiva comparada» (Tema *especializado* n.º 10, coord. A. Demandt [Alemanha] e T. Yuge [Japão]);

— «A *polis* grega» (*Mesa-redonda* n.º 11, coord. C. Darbo-Peschanski [França]);

— «Europa medieval e mundo bizantino: relações efectivas e possibilidades de estudos de história comparada» (*Mesa-redonda* n.º 12, coord. G. Arnaldi [Itália] e G. Cavallo [id.]);

— «As utopias na história» (*Mesa-redonda* n.º 27, coord. A. Tchoudinov [Rússia]);

— «O cristianismo no mundo atlântico no século XVII» (*Mesa-redonda* n.º 28, coord. V. Saxer [Cidade do Vaticano]);

— «Cristianização da América e descristianização da Europa nos séculos XIX e XX» (*Mesa-redonda* n.º 29, coord. H. Lehmann [Alemanha]);

⁵ Cujo declínio, aliás, se debateu na *mesa-redonda* n.º 20, coord. F. Crouzet (França): «Estará hoje em declínio a história económica?».

— «A transplantação do Direito para o Novo Mundo» (Colóquio da **Association Internationale d'Histoire du Droit et des Institutions**, coord. L. Waelkens [Bélgica]);

— «O não-conformismo cultural e religioso e a sua repressão no Renascimento» (Colóquio da **Fédération Internationale des Sociétés et Instituts pour l'Étude de la Renaissance**, coord. J.-C. Margolin [França]);

— e «A origem dos sistemas de registo e o desenvolvimento dos registos de chancelaria» (Colóquio da **Commission Internationale de Diplomatie**, coord. W. Prévénier [Bélgica]).

Em suma: Na extrema diversidade das problemáticas abordadas (*circunstanciais* em termos de fim do século, *situadas* historiograficamente ou 'tradicionalis' — na medida em que tenham atrás de si uma mais ou menos longa *tradição historiográfica* [temática, conceptual ou metodologicamente]) —, este Congresso de algum modo veio dar razão às prevenções de I. Olábarri, há 3 anos, quanto à aplicabilidade do conceito de *paradigma* em História da Historiografia⁶. E não será este um dos menores ensinamentos que a comunidade dos historiadores poderá dar ao Mundo dos finais do século XX. Este, e ainda um outro: o da independência face ao Poder Político, aspecto em que os membros do **Bureau** cessante do **CISH** insistiram vezes sem conta, já em intervenções em público⁷, já em conversas informais⁸.

* * *

Que dizer da participação portuguesa? Se as contas nos não falham, foram 11 os historiadores do nosso País presentes em Montréal. Não é muito. E não é muito, tendo em conta quer o crescimento acentuado da 'micro-população' dos historiadores no Portugal dos últimos 20 anos (qualquer coisa como uma decuplicação)⁹, quer a audiência internacional que boa parte da nossa produção historiográfica soube conquistar. Para além disto, a quase totalidade dos portugueses presentes esteve-o para participar não nos temas *maiores* ou *especializados* ou nas *mesas-redondas*, mas nos Colóquios

⁶ «(...) la conceptualización hoy dominante — basada en el concepto de paradigma — no creo que sea aplicable a las ciencias humanas y sociales, al menos en el sentido que le dio Kuhn a este término y a las expresiones emparentadas con el (cambio de paradigma, ciencia normal, etc.). Con Hollinger y Veit-Brause entre otros, creo que la aplicación de la ciencia de Kuhn a la historia, propuesta por primera vez por Iggers, es poco útil: como es posible — des el punto de vista de la teoría de Kuhn — entender que durante decenas de años están coexistiendo la 'historia tradicional' (que por cierto nunca se explica en que consiste), la historiografía moderna y la 'post moderna'? Se produciría esta situación de un cambio de paradigma en el campo de la Física?» (cf. I. OLÁBARRI DE GORTÁZAR, «La 'nueva historia', una estructura de larga duración», in *New History, Nouvelle Histoire*, cit. [v. *supra*, nota (4)], pp. 29-82, *maxime* 30-1). De Georg G. IGGERS (cit. por I. OLÁBARRI), veja-se fundamentalmente *New Directions in European Historiography*, Middletown-Connecticut, Wesleyan University Press, 1975 (reed., 1984).

⁷ Cf., por exemplo, F. BÉDARIDA, «Rapport du secrétaire général», cit (cf. *supra*, nota (2)), pp. 9-10 *et passim*.

⁸ A este respeito, os autores da presente notícia não querem deixar de destacar as múltiplas manifestações de deferência recebidas de alguns dos membros do **Bureau** cessante, concretamente o Vice-Presidente Eloy Benito Ruano (Espanha), o incansável Secretário-Geral François Bédarida (França) e o Tesoureiro Alain Dubois (Suíça).

⁹ Cf., a este respeito, Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Os historiadores, esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, XXIX (1994), pp. 33-53, *maxime* e 44-6.

específicos das organizações internacionais do **CISH** de que façam parte: **Association Internationale d'Histoire Économique, Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales, Commission Internationale pour l'Histoire des Assemblées d'États, Commission Internationale pour l'Histoire des Villes e Commission Internationale de Diplomatie**. Assim aconteceu com Humberto Baquero Moreno (UP), Nuno Valério (UTL), M.^a Helena C. Coelho (UC), M.^a Eugénia Mata (UNL), Armando L. de Carvalho Homem (UP), M.^a Manuela T. Ribeiro (UC), Ana Bela Nunes (UTL) e Carlos Bastien (UTL). A exceção foi Henrique Pinto Rema (U. Católica), participante da *mesa-redonda* n.º 28 («O cristianismo no mundo atlântico no século XVII»); de qualquer modo, é só meia exceção, porquanto esta *mesa-redonda* foi patrocinada pela **Comissão Vaticana de Ciência Histórica**, entidade a quem coube a indigitação de representantes dos diferentes Países envolvidos (México, Canadá, Itália, França, Espanha, Grã-Bretanha e Portugal). Ou seja, a comunidade científica portuguesa, enquanto tal, e por razões várias que não cabe aqui dilucidar, **nada** teve a ver com a presença de membros seus no Canadá. O voto que formulamos é pois o de que tal situação se não repita dentro de 5 anos; e alguns (pequenos) sinais talvez permitam acalantar essa esperança.

* * *

Refiram-se agora os Colóquios das organizações internacionais em que participaram os autores do presente texto.

O Colóquio da **Commission Internationale pour l'Histoire des Assemblées d'États**, criada em 1936 (coordenado pelo seu Presidente, J. Rogister [Grã-Bretanha]), foi um dos mais longos e diversificados adentro das reuniões específicas dos organismos (filiados ou internos) do **CISH**¹⁰. O facto não será de explicação excessivamente laboriosa se o encarmos à luz de palavras proferidas há 5 anos por Armindo de Sousa:

«As Cortes e os Parlamentos são bem a instituição que distingue, no seu deve e haver liberdade, as épocas e as políticas. Os moderníssimos sinais dos tempos, neste encerrar de milénio, parecem augurar para a Instituição, em todo o Mundo, o papel formidável de conciliar vontades plurais, de homologar os destinos genuinamente democráticos de povos e nações e de garantir no diálogo o encaminhamento do Planeta para a tolerância, a paz e o progresso. Assim seja — que em História a previsão é palavra proibida»¹¹.

O Colóquio prolongou-se por 2 dias e meio, por vezes com funcionamento simultâneo de 2 sessões, tendo sido abordadas as seguintes problemáticas:

¹⁰ Lembramos que esta **Commission** possui uma *Secção Portuguesa*, cuja **Direcção** é presidida por H. B. Moreno (UP) e secretariada por A. M. Hespanha (UL).

¹¹ Armindo de SOUSA, «O Parlamento Medieval Português: perspectivas novas», lição de abertura do ano lectivo de 1990/91 na FL/UP, *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto. *História*, II sér., VII (1990), p. 48.

Les sources et leur traitement pour l'histoire des assemblées d'États et des parlements:

- M. Hébert (Canadá), «Les assemblées représentatives médiévales: quelques problèmes de sources»;
- J. M. Bernardo Ares (Espanha), «Les sources pour l'histoire des assemblées municipales dans la Couronne de Castille (16^e-18^e siècles)»;
- V. Cromwell (Reino-Unido), «The History of Parliament: Future Plans; Computer and Sources».

Rapports entre dynasties et parlements:

- C. Brooks (Reino-Unido), «The English Parliament after the Glorious Revolution»;
- M.^a Helena C. Coelho (Portugal), «État et Parlement (*Cortes*) sous la dynastie des Avis: le cas du régent Dom Pedro»;
- M. Péronnet (França), «Monarchie consultive, monarchie représentative, monarchie parlementaire: la Révolution française en action»;
- J. Agirreazkuenaga (Espanha), «The Abolition of the Juntas Generales and the First Appearance of National Basque Ideology in France and Spain, 1790-1876»;
- M. Urquijo Goitia (Espanha), «Sources for the Study of Spanish Parliaments in the Nineteenth Century».
- L. Hobelt (Áustria), Charles I and the Last Austrian Parliament, 1917-1918».

La Théatralité Parlementaire:

- P. Roberts (Reino-Unido), «Parliament and Theatre in Early Modern England».

La langue parlementaire:

- M. di Napoli (Itália), «Classicism in Italian Parliamentary Language (19th-20th Centuries)»;
- M.^a Manuela T. Ribeiro (Portugal), «Nation, patrie et peuple dans le discours parlementaire portugais au XIX^e siècle».

Nas sessões em que nos foi dado participar assistiu-se a um debate particularmente aberto e enriquecedor. Ressaltou o grande interesse da interdisciplinaridade deste tema, pelo que as contribuições dos diversos países foram muito bem aceites, proporcionando uma sugestiva história comparativa. Foi ainda significativo o sentir geral de se prolongarem estes encontros internacionais sobre uma temática de tanta actualidade, não só na história do passado, como também na história do presente, a qual nas Assembleias Representativas dos diversos países está em contínuo devir. As *Actas* deste Colóquio serão publicadas na própria revista da *Commission (Parlements, États et Représentation)*, no n.º de 1996.

Na reunião da Assembleia-Geral, o Presidente John Rogister apresentou um relatório circunstanciado das actividades da *Commission* na última década. Foram ainda lidos os relatórios do Secretário-Geral John H. Grever (EUA) e da Tesoureira Eva Jedruch. O texto dos novos *Estatutos* (divulgado no vol. 14 / parte 2 da revista da *Commission*), apresentado por Valerie Cromwell, foi aprovado por uma larga maioria dos membros presentes. O movimento editorial da *Commission* foi analisado no texto

apresentado pelo seu Director, o inglês Colin Brooks. Por unanimidade, foi votada a mesma Direcção da *Commission*, que mantém assim a presidência de J. Rogister e o Secretariado-Geral de J. H. Grever. Apresentaram-se ainda as propostas para futuros Colóquios da *Comissão*: Viena (1996), San Sebastian (1997) e Münster (1998). A sessão da Assembleia-Geral, que contou com algumas dezenas de sócios, foi esclarecedora e revelou a vitalidade do executivo da *Comissão Internacional*, bem como de outros representantes dos países membros. É ainda de acentuar o interesse crescente, anunciado e concretizado, nas pesquisas e nas publicações sobre uma vasta gama de temáticas relativas à história dos Parlamentos e das Assembleias de Estados.

* * *

Conforme atrás se disse já, o Colóquio da **Comission Internationale de Diplomatique (CID)** versou a «Origem dos sistemas de registo e o desenvolvimento dos registos de chancelaria». Ao longo de 2 sessões de trabalho (tarde de 1 de Setembro e manhã de 2), foram apresentadas as seguintes comunicações:

— Olivier Guyotjeannin (França), «L'enregistrement dans la chancellerie royale française»¹²;

— M.^a Dogaru (Roménia), «Le registre d'Oradea concernant la preuve de fer rouge (1208-1235), source diplomatique d'une importance particulière. Analyse diplomatique et historique»;

— M.^a Josefa Sanz Fuentes (Espanha), «Registro y libros de registro en la cancelleria real castellano-leonesa durante la Edad Media»;

— M.^a Helena C. Coelho (Portugal) e Armando L. de Carvalho Homem (id.), «Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII^e-XV^e siècles)»;

— Birgitta Fritz (Suécia), «Early Chancery Registers in Scandinavia»;

— Walter Prévénier (Bélgica), «L'enregistrement dans les chancelleries princières et dans les villes des anciens Pays-Bas au moyen âge»;

— e Patrick Zutshi (Reino Unido), «The Registers of the Avignon Popes, 1305-1378».

O **Bureau da CID** é actualmente presidido pelo alemão Carlrichard Brühl. São membros portugueses (além dos 2 já mencionados intervenientes em Montréal) Avelino de Jesus da Costa, Isaías da Rosa Pereira e José Marques. A **CID** organizará no próximo ano um Colóquio sobre *Diplomática Pontifical* (em Heidelberg); e, em 1998, um Congresso sobre *Diplomática Municipal* (em Gand).

* * *

No final do Congresso, a Assembleia do **CISH** elegeu o novo **Bureau**, presidido pelo norte-americano Ivan T. Berend. O **XIX^e Congrès** terá lugar em Oslo no ano 2000¹³. Não se confirmou portanto uma nova candidatura do Japão, que há 5 anos fora o grande concorrente do Canadá para a organização da edição agora finda.

¹² Por ausência do autor, esta comunicação foi lida pelo Secretário-Geral da **CID**, W. Prévénier.

¹³ Em Oslo decorreu já o **VI^e Congrès** (1928).

«(...) le rôle du CISH est irremplaçable, aussi bien pour stimuler la coopération intellectuelle internationale que pour multiplier les approches comparatives en favorisant la confrontation des problématiques à l'échelle mondiale» (*François BÉDARIDA*)¹⁴

Coimbra/Porto, 2 de Setembro de 1995

Maria Helena da Cruz Coelho
(Prof.^a catedrática de *História Medieval* da FL/UC)

Maria Manuela Tavares Ribeiro
(Prof.^a associada de *História Contemporânea* da FL/UC)

Armando Luís de Carvalho Homem
(Prof. associado agregado de *História Medieval* da FL/UP)

¹⁴ «Rapport du secrétaire général», cit. (cf. *supra*, nota (2)), pp. 1-2.

XI Colóquio de Paleografia Latina

De 19 a 21 de Outubro de 1995, realizou-se na Biblioteca Real Alberto I, em Bruxelas, o XI Colóquio da Comissão Internacional de Paleografia Latina, subordinado ao tema *A conservação dos manuscritos e dos arquivos na Idade Média*, estando igualmente prevista, desde o seu anúncio, uma secção destinada à revelação de novas descobertas nos domínios da Paleografia, da Codicologia e do Restauro.

A amplitude e o interesse das temáticas anunciadas atraíram um elevado número de docentes, investigadores e profissionais destas matérias, com largo predomínio de participantes relativamente jovens, expressão inequívoca da vitalidade do ensino e da investigação sobre estas matéria na Europa. Nestas circunstâncias não será ousado afirmar que esta reunião científica quase se poderia considerar um verdadeiro congresso. Das vinte e seis comunicações e intervenções programadas, vinte tiveram lugar na Biblioteca Real, sede do Colóquio, e seis na abadia beneditina de Maredsous, na tarde do último dia.

A fim de os leitores poderem vislumbrar o interesse e diversidade dos temas desenvolvidos dentro do plano geral do Colóquio, transcrevemos alguns dos títulos das comunicações, respeitando as línguas em que aparecem inscritas no programa. Assim, J. Stiennon, de Liège, na conferência inaugural, dissertou sobre *La bibliothéconomie et l'archivistique médiévales*, tendo D. Nebbiai-dalla Guarda, de Paris, tratado de *La bibliothèque commune dans les institutions religieuses du Moyen Âge*. Por sua vez, António J. Ribeiro Guerra, da Faculdade de Letras de Lisboa, apresentou uma comunicação cheia de novidades sobre *La conservation des chartes dans les archives privées au Portugal (X^e-XII^e siècles)*, e Jesus Alturo, de Barcelona, tratou *Les inventaires de livres du Haut Moyen Âge en Catalogne*. Embora pretendendo ser breve, cumpre registar que Maria José Azevedo Santos, da Faculdade de Letras de Coimbra, revelou *La conservation des livres et des archives à l'université portugaise au XVI^e siècle*, tendo o signatário, da Faculdade de Letras do Porto, analisado *L'écriture de Francesco Cavalcanti: une nouveauté paléographique au Portugal, 1482*:

A incidência das comunicações sobre os processos e os problemas da conservação dos manuscritos e sobre a problemática dos arquivos, nos tempos medievais, permitiu aos participantes ficarem a conhecer melhor as raízes e as virtualidades da biblioteconomia e da arquivística medievais, base indispensável para se conhecer o seu correcto desenvolvimento nos tempos seguintes, tendo, por isso, merecido ênfase especial a necessidade de preservar os núcleos documentais, os sistemas de cotas arquivísticas e de apreciar com a devida atenção as questões relacionadas com os restauros de suportes da escrita, de encadernações e das próprias escritas, efectuados no período humanista, tendo-se discutido também até que ponto o restauro das escritas pode configurar ou não uma espécie de falsificação dos documentos e obras em causa, numa perspectiva diplomática.

Ao terminar o primeiro dia do Colóquio, foi inaugurada a exposição de códices conservados na Biblioteca Nacional da Bélgica, que ficou patente ao público na antiga Capella de Nassau, integrada no edifício desta Biblioteca Real. Esta exposição, verdadeiramente notável pelo número, antiguidade, perfeição e beleza das iluminuras e miniaturas dos códices, impressionou-nos também pela antiguidade de alguns deles, em escrita uncial. De autores procedentes do Noroeste peninsular podia apreciar-se, em letra carolina primitiva, a obra do bracarense Paulo Orósio *Adversus paganos libri VIII...*, estando expostos também fragmentos de um exemplar da mesma obra, em escrita uncial, datados do século V/VI, segundo a opinião do grande especialista dos códices deste período, Prof. Mundó.

Para além dos aspectos científicos, o contacto com colegas de outros países permitiu conhecer melhor as tendências actuais da investigação nos domínios da Paleografia Latina, cujo interesse crescente nos diversos países da Europa foi indiscutivelmente testemunhado, como acima referimos, pelo elevado número de jovens docentes e investigadores inscritos e participantes nos trabalhos deste Colóquio, facto que contrasta com o que se passa em Portugal, onde cresce o número de estudantes, radicalmente impedidos de se poderem dedicar a estudos de natureza paleográfica e histórica, sobretudo em relação ao período anterior aos finais do século XIII, pelo facto de no Ensino Secundário não terem frequentado a disciplina de latim.

A avaliação deste Colóquio, tanto no aspecto científico como na vertente social é largamente positiva.

Houve, no entanto, desde o início da sua organização, uma posição muito desagradável, que nos deve levar a atendermos a certas atitudes vindas da Europa. Refiro-me ao facto de os nossos colegas espanhóis e italianos terem sido impedidos de apresentarem as comunicações nas respectivas línguas maternas, como sempre puderam fazer até agora, tanto mais que são línguas oficiais do Comité. E se isso não aconteceu em relação aos portugueses foi porque o desejo de nos fazermos entender nos ter levado, como já é habitual, a prepararmos as nossas comunicações em francês.

Foi uma atitude grave, que criou mal-estar, apenas atenuado pelos compromissos eleitorais, que colocaram Mr. Albert Derolez na presidência e o Professor Anscarí Mundó, de Barcelona, na vice-presidência da Comissão Internacional de Paleografia Latina para os próximos quatro anos.

Esta Comissão autonomizou-se, em 1985, na sequência da deliberação plenária tomada no Colóquio, então realizado em Londres, de cindir a antiga Comissão Internacional de Paleografia, constituída no final do Colóquio reunido em Paris, em 1953, passando a haver duas Comissões Internacionais autónomas e paralelas, mas perseguindo, *mutatis mutandis*, os mesmos objectivos: uma dedicada à Paleografia Latina e outra à Paleografia Grega.

Para completo esclarecimento dos leitores, eventualmente, menos familiarizados com estas matérias, observe-se que a distinção entre estas duas designações de Paleografia não se faz em função das línguas grega e latina, como se poderia pensar, *mas em função dos respectivos alfabetos*, utilizados num conjunto de línguas que ultrapassam o grego e o latim. Assim, por exemplo, o alfabeto latino, além de ser utilizado pela língua latina, é utilizado não só pelas línguas derivadas do latim, vulgarmente designadas *novilatinas*, como acontece com o português, espanhol, francês, italiano, romeno, catalão, etc., mas também noutras de matrizes diferentes, como o inglês, alemão, etc. situações idênticas ocorrendo com o alfabeto grego.

Tanto a primitiva Comissão Internacional de Paleografia, como as duas em que se desmembrou, em 1985, tinha e têm como objectivo «promover (*favoriser*) a colaboração internacional no domínio de Paleografia». Nesse intuito, na sequência dos preparativos que se vinham fazendo, a partir do Congresso realizado no Vaticano, em 1990, em assembleia geral realizada durante este Congresso, foi constituída a associação APICES, que, em articulação estreita com a Comissão Internacional de Paleografia Latina, mas com órgãos administrativos próprios, visa desenvolver os estudos paleográficos. Aprovou-se também uma proposta de quota anual, com duas modalidades (incluindo ou não a assinatura da *Gazette du livre medieval*), a submeter à ratificação da próxima assembleia geral.

Além das *Actas* deste Congresso, que se augura não demorem, a constituição da APICES é também um dos resultados positivos desta reunião científica internacional.

J. Marques

Encontro «Revistas de História»

Promovido pela Comissão Nacional Para os Descobrimientos Portugueses, no âmbito das Conferências do Convento — Universidade de Verão, e integrado no Seminário João de Barros, nos dias 30 e 31 de Outubro de 1995, realizou-se nas instalações do antigo Convento da Serra da Arrábida um encontro destinado a promover uma reflexão entre os responsáveis por um significativo número de «Revistas de História». Este encontro impunha-se, dado o elevado número de publicações periódicas expressamente designadas «Revistas de História» ou que frequentemente publicam artigos de História, a fim de se tomar consciência da sua situação actual, projectos que as animam e problemas que sentem, em ordem a estudar a possibilidade de se fazer alguma coisa em comum, útil a todas.

O Encontro, coordenado pela Prof.^a Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras de Coimbra, desenvolveu-se em torno de três pólos, cada um dos quais foi introduzido por um relator convidado para o efeito, seguido de debate, animado por um grupo de responsáveis por revistas abrangidas pela natureza do tema desenvolvido pelo respectivo relator.

Os pólos escolhidos foram os seguintes: «Revistas de História Comerciais», introduzido pelo Prof. António Manuel Espenha; «Revistas de História Regionais», confiado ao Prof. António Ventura; e «Revistas de História Universitárias», de que foi relator o Prof. Armando Luís Carvalho Homem.

Não sendo possível registar aqui as linhas gerais das numerosas intervenções dos participantes, consideramos, no entanto, do maior interesse divulgar as conclusões deste encontro, aprovadas na sessão de encerramento.

— «Como remate final deste Encontro sobre «Revistas de História» parecem ter-se desenhado algumas conclusões, de índole mais pragmática e imediatista, ou de concretização mais alongada e talvez mais difícil, de que destacaremos as seguintes:

— Será da maior utilidade fazer-se uma recomendação geral às tipografias para que se cumpram as disposições de depósito legal, devendo existir mecanismos de controle por parte das instituições que são depositárias dessas obras.

— Igualmente será de fazer sentir às principais Bibliotecas do país (em especial à Nacional) o interesse em se proceder ao tratamento das Revistas, mormente, e talvez para iniciar, elaborando o ficheiro de autores.

— Parece ser do maior interesse a concretização de um projecto que faça um levantamento das Revistas Locais e Regionais apoiadas pelas Câmaras, procedendo igualmente ao tratamento bibliográfico de algumas delas; em simultâneo, talvez um outro devesse tratar das Revistas Locais apoiadas por outras entidades ou mesmo algumas Institucionais, onde se encontram bons artigos, desconhecidos da maioria dos historiadores, e, sobretudo, muita documentação publicada susceptível de novos tratamentos.

— Junto das autoridades competentes será de exigir que a permuta de Revistas seja aliviada de encargos, em especial através do porte pago, para que uma ampla circulação das mesmas se faça, estimulando-as e servindo um mais vasto e variado público.

— Haverá que sensibilizar as Câmaras para que incluam, no seu quadro de técnicos, um técnico superior de BAD, que possa apoiar o serviço de Biblioteca e Arquivo e, na medida do possível, um técnico superior especializado em assuntos culturais, que tenha a capacidade de concretizar e animar a política cultural ditada, nas suas linhas gerais programáticas, pela vereação em exercício.

— Parece ser útil agendar-se, para uma ulterior discussão, a problemática das Revistas de História em relação com as novas tecnologias, pensando-se nas vantagens e inconvenientes da produção electrónica das Revistas.

— No que concerne às Revistas de História Universitárias parece ser necessário atender, quanto ao seu conteúdo, a uma preocupação acrescida com a renovação e debate de conhecimentos, mas também aos aspectos materiais da sua apresentação e distribuição e não menos à exigência de um regulador financeiro das mesmas pelas autoridades competentes».

J. Marques

PROVAS ACADÉMICAS

À semelhança dos números anteriores desta Revista, também neste arquivamos, de forma abreviada, a informação referente às provas académicas em História a que diversos candidatos se apresentaram, durante o ano de 1995, a fim de obterem os graus pretendidos, de mestrado, doutoramento e agregação. Este registo, associado a outros de idêntica dimensão, constitui um claro testemunho da vitalidade do Curso de História e suas Variantes de Arte e Arqueologia, que não poderá ser esquecido na hora de proceder à prevista avaliação da Faculdade de Letras e respectivos Cursos.

Mestrado:

— em História de Arte:

24-07-1995 — Manuel Joaquim Moreira da Rocha — *Manuel Fernandes da Silva — Mestre e Arquitecto de Braga — 1693/1751*. Júri: Nelson Correia Borges (arguente) prof. auxiliar F.L.U.C., Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves (orientador), Agostinho Rui Marques de Araújo (presidente). Muito Bom.

— em História Medieval:

24-11-1995 — Abel Agostinho dos Santos Cruz — *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*. Júri: António Dias Farinha (arguente), prof. associado da F.L.U.L., Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte. Muito Bom.

14-12-1995 — Vasco Rodrigo dos Santos Machado Vaz — *A Boa Memória do Monarca — Os Escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433)*. Júri: Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), prof. catedrática da F.L.U.C., Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), Armando Luís Gomes de Carvalho Homem. Muito Bom.

— em História Moderna:

30-01-1995 — Fernando Jorge Alves Correia — *Frei João de Ceyta: Um Pregador Português*. Júri: Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo (arguente), prof. auxiliar da F.T.U.C.P., Eugénio Francisco dos Santos (presidente), João Francisco Marques. Bom.

27.02.1995 — Artur Manuel Villares Pires de Oliveira — *As Ordens Religiosas em Portugal nos princípios do Século XX*. Júri: Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente e orientador), Francisco Ribeiro da Silva (coordenador de mestrado), Manuel Augusto Rodrigues (argente), prof. catedrático da F.L.U.C. Muito Bom.

12-05-1995 — José António Mendonça Pereira de Oliveira — *A Paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*. Júri: José Esteves Pereira (arguente), prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

01-06-1995 — Manuel Inácio Fernandes da Rocha — *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas — Instrução de Meninas em Viana — 1778/1884*. Júri: António Manuel Sampaio Nóvoa (arguente) prof. associado da F.P.C.E.U.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

05-06-1995 — Sebastião José Sá Matos — *Os Expostos da Roda de Barcelos — 1783/1835*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente) prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

03-07-1995 — Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves — *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889/1895)*. Júri: Zília Osório de Castro (arguente) prof. associada (F.C.S.H.U.N.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Eugénio Francisco dos Santos. Muito Bom.

07-07-1995 — Manuel Jorge Pereira de Carvalho — *As Forças Armadas nos Finais do Antigo Regime (1570-1825). O Colégio Militar*. Júri: António Pedro Vicente (arguente) prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

22-11-1995 — Fernando Aníbal Costa Peixoto — *Diogo Cassels uma vida em duas margens*. Júri: François Guichard (arguente) prof. da Univ. Bordeaux III, Luís António de Oliveira Ramos (presidente), João Francisco Marques. Muito Bom.

11-12-1995 — Paulo António Gouveia Rodrigues — *Uma Associação Patronal — A Associação de Classe Auxiliadora dos Proprietários de Padarias do Porto*. Júri: David Justino (arguente) prof. associado F.C.S.H.U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente), Francisco Ribeiro da Silva, Muito Bom.

13-12-1995 — Ana da Conceição Videira Patrício — *Escolarização e Vulgarização Cultural no Porto na Época dos Almadás*. Júri: Rogério Fernandes (arguente) prof. catedrático F.P.C.E.U.L., Luís António de Oliveira Ramos (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

15-12-1995 — António José Sousa Monteiro de Queirós — *O Jornal Portuense — A Montanha e as Relações Luso-Espanholas (1911/1926)*. Júri: António Henrique Rodrigo Oliveira Marques (arguente) prof. catedrático F.C.S.H.U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente), Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

Doutoramento:

03-03-1995 — Fausto Sanches Martins — *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Júri: António Pedro Machado Gonçalves Dias (arguente) Prof. catedrático F.L.U.C., Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves (arguente), Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, Agostinho Rui Marques de Araújo, António Cardoso Pinheiro de Carvalho. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

07-04-1995 — Maria Antonieta Conceição Cruz — *Os Burgueses na 2.^a metade do Século XIX*. Júri: Adéline Daumard (arguente), prof. titular U. Paris, Luís António de Oliveira Ramos (arguente), Eugénio Francisco dos Santos, Fernando Alberto Pereira de Sousa, João Francisco Marques. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

15-12-1995 — Maria de Jesus Sanches — *O Abrigo do Buraco da Pala (Midandela) no contexto da Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Júri: German Delibes de Castro (arguente), prof. catedrático U. Valladolid, Vitor Manuel de Oliveira Jorge, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

Agregação:

20 e 21-11-1995 — Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves — *A Talha Joanina Portuense: Definição de uma Escola. Artistas e Obras*. (Lição de Síntese). Júri: Pedro Dias (arguente), prof. catedrático F.L.U.C., Maria do Rosário Themudo Barata (arguente) prof. catedrática F.L.U.C.L., Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (arguente), Fernando Alberto Pereira de Sousa, Francisco Alberto Fortunato Queirós, Luís Alberto Adão da Fonseca, Aurélio de Araújo Oliveira, José Marques, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, João Francisco Marques, Francisco Ribeiro da Silva. Aprovada por unanimidade.

FERRO COUSELO, Xesús — *Tumbo de Fiães. Transcripción*. Introducción, edición e índices de Aser Angel Fernández Rey, anexo 20 do «Boletim Auriense, Orense, Museu Arqueolóxico Provincial», 1995.

O *Cartulário de Fiães* foi maltratado

Sob o título *Tumbo de Fiães. Transcripción*, em meados do ano corrente, apareceu, como pretensa obra póstuma de Jesús Ferro Couselo, um excelente exemplo do que não se deve fazer em matéria editorial. E o caso é tanto mais grave quanto é certo que os intervenientes neste projecto, embora conduzidos pela louvável intenção de homenagear Ferro Couselo pelo muito que fez pela história, língua e cultura galegas, acabaram por trazer a público uma obra que, longe de prestigiar esta figura grada das letras galegas, só não compromete o seu nome porque, tendo falecido, há anos, está absolutamente ilibado de quanto fizeram, na melhor das intenções — convém frisá-lo —, com as suas notas de trabalho, transformando-as, mais do que num lamentável equívoco editorial, numa autêntica monstrosidade, que a comunidade científica não pode aceitar, e numa perigosa armadilha para quantos, de boa fé e sem a necessária preparação, a vierem a utilizar. Se não soubéssemos que tudo foi ditado pela admiração, estima e amizade, que todos dedicavam a D. Jesús Ferro Couselo, e feito com intuitos laudatórios, seria muito difícil resistir à tentação de assemelhar o produto realizado com os materiais por ele deixados a uma espécie de abuso de confiança.

O que acabámos de afirmar traduz uma situação grave, diremos mesmo, muito grave, mas porque tudo consta dos textos, agora do domínio público, não hesitámos consigná-la em letra de forma.

Antes de prosseguirmos e de passarmos à justificação do que asseverámos, cumpre-nos deixar bem claro que consideramos louvável a intenção de homenagear este paladino da história, da língua e da cultura galegas, sendo igualmente digna de louvor a disponibilidade com que a Ex.ma Viúva, confiou ao Museu Arqueológico, ao Grupo Marcelo Macias e ao Arquivo Provincial de Orense o espólio do marido, a fim de ser preservado, valorizado e útil, não faltando, porém, os reiterados lamentos de que ele «*non teña rematada a edición crítica desta singular fonte histórica*».

Interpretamos estas palavras de Olga Gallego Domínguez como expressão da sua alta consideração pela memória de D. Jesús Ferro Couselo. Compreendemos e respeitamos esta posição afectiva. Mas, daí a atribuir-lhe o projecto de uma edição crítica do *Cartulário de Fiães* — edição em que ele nunca deve ter pensado a sério, como, à luz dos materiais agora publicados, se impõe concluir — vai uma grande distância, como vamos demonstrar.

Conforme o facto de o frontispício vir encimado pelo nome de Xesús Ferro Couselo sugere e as citadas palavras de Olga Gallego Domínguez pareciam confirmar, qualquer leitor menos atento poderia esperar encontrar aqui uma obra póstuma da autoria do homenageado, o que, na realidade, não acontece. Atribuir-lhe a autoria desta obra, do ponto de vista biblioteconómico, é uma aberração e historicamente uma falsidade, factos que, não sendo admissíveis, se compreendem só porque todos os intervenientes na preparação desta edição e na respectiva publicação se colocaram, incondicionalmente, sob a sua autoridade tutelar, com as funestas consequências daí advenientes.

Com efeito, que há nesta obra que se possa atribuir exclusivamente a Ferro Couselo? A apresentação é de Olga Gallego Domínguez e de Francisco Fariña Busto; o prólogo é de Aser A. Fernández Rey; o texto que serve de introdução não passa de um conjunto de notas dispersas de Ferro Couselo, algumas constituídas por citações e referências historicamente erróneas e, por isso mesmo, inaceitáveis, concatenadas pelo

responsável pela preparação da edição, ao qual pertencem também a definição da metodologia seguida e das normas de transcrição, decalcadas nas normas do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (com mais de 50 anos!) e na obra do homenageado *A vida e a fala...*, reclamando também Fernández Rey a paternidade dos índices e das listagens, publicadas em apêndice, pertencendo-lhe, igualmente, o que escreveu sob a rubrica designada por *colofón*. Nestas circunstâncias, só poderiam ficar à conta de Ferro Couselo os documentos do *Cartulário de Fiães*, transcritos no volume em análise. Mas a autoria destes documentos, do ponto de vista jurídico e diplomático, não lhe pertence, urgindo acrescentar que o facto de ter feito a primeira transcrição, posteriormente revista por Aser A. Fernández Rey, não autoriza, de forma alguma, a guindá-lo à condição de autor.

Que fica, então, para o pretenso autor desta obra? Embora seja desagradável e ao assunto voltemos a referir-nos mais à frente, impõe-se dizer, desde já, que à conta da autoria de Ferro Couselo temos de debitar o facto de *ter truncado a maior parte dos documentos agora publicados*, aspecto de extrema gravidade sob o ponto de vista diplomático (uma vez que, assim, foram publicados), para o qual nem os apresentadores, Olga Gallego Domínguez e Francisco Fariña Busto, nem Aser A. Fernández Rey alertaram os leitores, infringindo a primeira e a mais elementar norma a ter presente por quem prepara a edição de qualquer documento ou texto! E para que não se pense que estamos a exagerar, permitimo-nos transcrever o início do n.º 43 das *Normes internationales pour l'édition des documents médiévaux*, onde se lê textualmente o seguinte:— «43. Principe de l'établissement du texte. *Le principe général qui doit guider tout éditeur est le respect du texte. Il ne peut opérer ni addition, ni retranchement, ni altération de quelque nature que ce soit sans en tenir le lecteur averti*» (cf. «Folia Caesaraugustana», Zaragoza, vol. 1, 1984, p.37).

Aqui radica, em nosso entender, o equívoco editorial, a que já fizemos referência. É que, em vez de concentrarem a atenção e energias na edição crítica das mais de quatro centenas de documentos que integram o *Cartulário de Fiães*, procedendo, como se impunha, à revisão da transcrição de Ferro Couselo, confrontando-a com o próprio códice, optaram por privilegiar a hipotética edição crítica da obra, que pensaram ter encontrado no espólio do homenageado, fazendo o cotejo das transcrições dactilografadas com a transcrição manuscrita por ele feita anteriormente!

Para que não fiquem dúvidas sobre esta interpretação, o melhor é transcrever algumas passagens:— «*Todas las transcripciones manuscritas de D. Jesús Ferro Couselo, o en su defecto los documentos mecanografiados, foron revisados de forma minuciosa, aunque somos conscientes del bien que supondría una futura revisión crítica del Tumbo así como una mayor profundización en la investigación*». E um pouco mais à frente, esclarece:— «Refiriendonos estrictamente a los documentos transcritos mecanográficamente, entre los mencionados intentos, hemos de señalar que, a nuestro parecer, el segundo parecía seguir de forma mucho más literal a Ferro. Se daba pues la convivencia de diferentes criterios» (cf. *Tumbo*, p. 23). Se dúvidas houvesse acerca desta interpretação, lá está a nota explicativa do espaço em branco que aparece no documento n.º 335: — «*Ilegible la transcripción de Ferro*», quando o que se impunha era fazer o cotejo com o próprio cartulário.

Fica, assim, demonstrado que a preocupação fundamental dos intervenientes nesta publicação, pelas razões acima referidas, era transmitir com toda a fidelidade os textos incompletos e desconexos deixados por Ferro Couselo, não tendo sido feito o necessário cotejo integral com o *Cartulário* ou com uma boa reprodução fotográfica ou fotocópia do mesmo, sendo de lamentar que não se tivessem apercebido das imensas lacunas dos textos, devidas aos cortes inicialmente operados por Ferro Couselo! Registe-se que a

aparente solicitude crítica, actuante sobre os textos de Ferro Couselo, encobre aos leitores menos atentos ou impreparados para lidarem com documentos medievais, em latim e alguns em português, o facto de esses documentos, na sua esmagadora maioria terem sido truncados!

É precisamente pelo facto de Ferro Couselo *haver mutilado gravemente a maior parte dos documentos do Cartulário de Fiães* que afirmámos que ele nunca pensou, a sério, realizar a sua edição crítica, que os intervenientes na preparação do volume em análise imaginaram e lhe atribuíram, mais uma vez curvados à autoridade das suas palavras, que não passam de um mero propósito frustrado: — «... *nos decidimos, al fin, a verificar la transcripción completa, proceder a su publicación, con los estudios e índices correspondientes*» (p. 12). Como poderia «verificar a transcripción completa», se tinha truncado os documentos? Porventura, será possível pensar que alguém que mutilou cerca de quatrocentos documentos está a preparar a sua edição crítica? Como é possível, tomar, agora, esses retalhos dos documentos e pretender apresentá-los como edição crítica, sem se aperceber do estado em que essa documentação se encontrava, nem do facto dar a mínima informação aos leitores, na prática, impossibilitados de procederem ao seu confronto com o referido *Cartulário*, ficando, por isso, no completo desconhecimento do texto omissio, correspondente às inúmeras reticências espalhadas no *corpus* documental?

Embora já todos os leitores tenham concluído da justeza com que, logo de início, falámos de *equivoco editorial* — e é o mínimo que podemos dizer — vale a pena acentuar este aspecto. Na verdade, o título *Tumbo de Fiães. Transcripción* criava a expectativa de se passar a dispor deste importante cartulário do Arquivo Distrital de Braga, integral e correctamente transcrito e devidamente anotado. Nesse sentido, teria sido muito mais fácil e eficaz fazer uma transcrição integral a partir de um bom microfilme ou de uma fotocópia do que trabalhar, sem êxito, sobre o que Fernández Rey considerou «*unos primeros borradores* (entenda-se — rascunhos), y no de una plasmación definitiva del texto» (cf. p. 22) de Ferro Couselo, *que, se fosse vivo, por certo, não aceitaria como seu o produto final*.

E não lhe faltariam boas razões para isso, como melhor se verá após esta nossa leitura crítica, como, aliás, o próprio responsável pela preparação da edição reconheceu ao escrever «...*aunque somos conscientes del bien que supondría una futura revisión crítica del Tumbo así como una mayor profundización en la investigación*» (p. 23).

Perante esta consciência da necessidade de «*una futura revisión crítica del Tumbo*», o mínimo que se pode perguntar é por que motivo não fez tal revisão, antes de entregar o texto para publicação, como as normas internacionais, a deontologia profissional e o respeito pelos leitores exigiam.

Se mais não houvesse, bastaria quanto até aqui se afirmou para comprovar que o *Cartulário de Fiães foi maltratado*, porque, na verdade, foi **mal tratado**, como a seguir melhor se verá.

II

Insistimos até aqui na afirmação de que o *Cartulário de Fiães foi maltratado*, constituindo a mutilação da maior parte dos seus documentos a justificação global mais evidente e irrefragável dessa afirmação. Apesar disso, consideramos necessário ampliar o esclarecimento de outros aspectos então por nós sinteticamente referidos e alargar o ângulo de observação, não só sobre o *corpus* documental, mas também sobre os próprios índices e outras listagens. Entraremos, assim, em aspectos mais concretos, embora quase só em jeito de fugaz abordagem, já que é impossível incluir numa breve recensão o interminável rol das mazelas deste livro.

Regressando ao breve texto introdutório, considerado essencialmente como *um conjunto de notas dispersas, algumas constituídas por citações e referências historicamente erróneas*, cumpre informar que, apesar de Ferro Couselo considerar que a documentação do Mosteiro de Fiães se perdeu devido a um incêndio, ateadado por galegos, a fim de se libertarem dos pagamentos de tributos e pensões, mediante a destruição do cartório (p.17) — ideia que, aliás, anda em obras portuguesas —, tendo sobrevivido a essa imaginária destruição apenas o *Cartulário* (p.11), impõe-se contrariar tais afirmações, por serem completamente destituídas de verdade.

É possível que Ferro Couselo não tivesse podido obter mais informações, mas que Fernández Rey, que teve entre mãos o nosso estudo *O Mosteiro de Fiães. Notas para a sua história*, cujas páginas 77 a 82 são integralmente ocupadas pelos inventários da documentação deste Mosteiro, existente no Arquivo Distrital de Braga (U.M.) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, relativa ao longo período de 1440 até 1834, não tenha corrigido essas afirmações erróneas, mediante uma elucidativa nota de rodapé, é que é inadmissível.

Igualmente sem fundamento são as afirmações de que o Mosteiro de Fiães era o mais rico das Espanhas, de que nele havia exposição permanente do Santíssimo Sacramento, de que tinha regularmente 80 religiosos de missa ou presbíteros, sem contar os conversos, minoristas, leigos, etc.(pp.13-15), informações recolhidas no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, por sua vez, subsidiário do I volume da *Corografia portuguesa*, do P.^e António Carvalho da Costa, publicada em 1706 e reeditada em 1868. Aceitar tais afirmações sem qualquer comentário crítico, além de revelar desconhecimento da história do monaquismo cisterciense em Espanha e em Portugal, serve apenas para difundir erros históricos. Para abreviar razões, que ultrapassam o âmbito desta recensão, bastará dizer que, se os organizadores da edição em causa tivessem lido com alguma atenção o que escrevemos no nosso citado livro *O Mosteiro de Fiães...*, sobre os efeitos da crise dos séculos XIV-XVI neste mosteiro (pp. 27-33) e o capítulo 54 das *Definições da Ordem de Cistel: E Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*, impressas em Lisboa, em 1593, fls. 58-58v, transcrito na p. 35 do nosso livro, atrás referido, poderiam verificar que o Mosteiro de Fiães era aquele que, em toda a Congregação Cisterciense portuguesa, tinha menos religiosos — apenas três (3) — durante a fase de obras de renovação dos edifícios, em curso por todo o Reino, no ano de 1593. Terminadas que fossem as obras, consentia o Capítulo da Congregação que Alcobaça pudesse ter 80 religiosos, Salzedas 40, S. João de Tarouca 30, Seiça 40. Quanto aos restantes mencionados neste documento, consta quantos religiosos tinham nessa data: S.^{ta} Maria de Aguiar 14, Maceiradão 14, S. Pedro das Aguias 7, Bouro 14, S. Cristóvão de Lafões 9 e Fiães 3. Mesmo que após a conclusão das obras quintuplicasse ou sextuplicasse o número dos religiosos de Fiães — que não tinha capacidade para tantos — nem sequer atingiria a quarta parte do número autorizado para Alcobaça. Acrescente-se que, por ocasião da visita canónica, feita pelo Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, a este mosteiro, de 22 a 26 de Janeiro de 1533, havia nele apenas 4 religiosos e 2 conversos. Face a estes elementos e ao conhecimento que temos das actas dos capítulos do século XVIII, não há qualquer dificuldade em declarar que a referência ao lausperene permanente não têm fundamento histórico. Para contrariar a ideia da desmesurada riqueza deste mosteiro cisterciense, que, em Portugal era dos mais pequenos e dos mais pobres, bastaria que os intervenientes na edição do volume em causa passassem os olhos pelas pautas do contributo a dar pelos mosteiros cistercienses portugueses, masculinos e femininos, de acordo com as suas possibilidades, para a restauração dos mosteiros femininos de Mocambo, Tabosa e Tavira e do mosteiro masculino do Desterro, para verificar que o contributo do mosteiro de Fiães foi sempre o mais baixo de entre os dos mosteiros masculinos, como se poderá verificar pelo nosso

estudo, publicado nas Actas [do] *Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Ourense, 1992, pp. 663-664.

Quanto à origem deste Mosteiro, Ferro Couselo aceitou candidamente o que o P.º Carvalho da Costa escreveu na *Corografia...* e Pinho Leal transplantou para o *Portugal antigo e moderno*, fazendo-o remontar, ao ano de 851, já como mosteiro beneditino (p. 13). Conhecendo o elevado número de mosteiros de tradição visigótica existentes no actual território português, durante o período da Reconquista, e que a observância cluniacense só penetrou de forma sistemática na região de entre o Minho e o Mondego no último quartel do século XI, não podíamos silenciar mais este erro histórico veiculado pelas notas recolhidas por Ferro Couselo, que o seu editor pretendeu confirmar documentalmente.

Na verdade, Fernández Rey, no intuito de corrigir a nossa afirmação acerca do documento n.º 14B, datado de 1142, aliás, de 12 de Dezembro de 1142, em que o consideramos como o documento mais antigo do *Cartulário*, relativo ao Mosteiro de Fiães, remata a nota 2 com estas palavras: — «... *lo cual parece desmentir la propia documentación*» (p. 42). Nunca nos custou aceitar os erros, quando devidamente comprovados. Procurámos detectar a mencionada documentação e encontramos três documentos, potencialmente contraditórios da nossa afirmação, respectivamente atribuídos aos anos de 989, 996 e 1131(?). Seria óptimo e ficaríamos radiante se realmente tais documentos dissessem respeito ao mosteiro de Fiães, em tão recuados tempos.

Acontece, porém, que o de 989 (n.º 189), mesmo que se demonstre a sua autenticidade, nem sequer alude ao Mosteiro de Fiães, mas sim ao de Celanova, por duas vezes nele expressamente mencionado, dispensando-nos, neste momento, dos comentários que a sua actual publicação exige.

Quanto ao segundo, atribuído ao ano de 996, embora Ferro Couselo respeite a data a que chegou, após a redução à era cristã, nas suas notas atribuiu-lhe o ano de “1095” (p. 131), sem explicar em que se apoiou para chegar a tal conclusão. Mas se, apesar de também ter sido truncado, procedermos à sua leitura atenta, verificamos que o segundo outorgante é o abade Pedro (1189-1196) e que as três testemunhas Pedro (Petrus), Paio (Pelagius) e João (Johanes), são as mesmas que figuram noutro documento, da era Ma CCª XXXª IIIª, correspondente ao ano 1195 da era cristã (n.º 170), em que o abade Pedro é também o segundo outorgante.

Nestas circunstâncias, a conclusão a tirar é que, ao ser feita a cópia da carta de venda para o *Cartulário*, por lapso, ficou omissa a parte da data, constituída pelos CCª intermédios, devendo, por isso, ser reconstituída assim: Era Mª [CCª] XXXª IIIª, isto é, 1196, coincidindo com o último ano do abaciado de D Pedro, segundo os elementos disponíveis, e dois séculos posterior à data que lhe foi atribuída no volume editado!

Estes dois documentos não contrariam a nossa referida posição. Quanto ao terceiro, de 30 de Abril de 1130 e não de 1131, de momento, não temos reservas de maior a levantar-lhe, até porque se harmoniza com o que escrevemos no nosso estudo: — «...*torna-se difícil considerá-lo fundação beneditina, sendo de admitir a existência anterior de algum eremitério ou cenóbio continuador da sobrevivente tradição monástica visigótica...*» (pp.20-22).

Cumpre-nos, ainda, esclarecer que a inscrição que Ferro Couselo e os editores dos seus apontamentos procuraram em vão, não se encontra na matriz de Melgaço, mas sim na porta das muralhas do castelo, voltada a poente, tendo sido reproduzida fotograficamente no «Arqueólogo Português», vol. IV, pp. 264-265, e no volume comemorativo do *VI Centenário da tomada do Castelo de Melgaço*, editado pela Câmara Municipal de Melgaço e outros, 1991, p.42. Entre outros lapsos de transcrição, registem-se, nomeadamente, GONÇALVIT em vez de GONÇALVIS e que a letra grafada como H,

nas palavras TEHPORE, IH, DHI e DHE, estas duas últimas com o respectivo sinal de abreviatura sobreposto, deveria ter sido substituída por N.

Posto isto, consideramos desnecessário determo-nos em mais comentários sobre outras afirmações da introdução ou sobre a metodologia e as normas de transcrição seguidas, bastando recordar que, a partir da passividade com que os responsáveis pela preparação da edição e respectiva publicação aceitaram a *mutilação dos documentos*, ficou dado o tom para o completo desrespeito pelas normas traçadas pela Comissão Internacional de Diplomática para a edição de documentos e textos medievais, de que nem Ferro Couselo nem os editores dos seus apontamentos demonstram qualquer conhecimento.

Precisamente porque o suporte teórico que devia orientar um trabalho desta natureza foi postergado, não podemos deixar de denunciar algumas das muitas e lamentáveis deficiências patentes na publicação destes documentos, do maior interesse tanto para a História de Portugal como da Galiza, deficiências decorrentes, como é óbvio, do desconhecimento das normas que devem presidir à preparação da edição de documentos medievais desta natureza. É que neste, como em muitos outros assuntos, as boas intenções não bastam. Mas, passemos, de imediato, ao contacto com o corpus documental.

Antes de mais, e sem nos ocuparmos de casos pontuais de evidentes erros de datação, como já vimos, não podemos silenciar o facto de a *data dos documentos ser expressa apenas pelo ano, com a radical eliminação do mês e do dia*, quando os dois ou algum deles constam dos documentos, o *mesmo fazendo em relação ao lugar* onde o acto jurídico foi outorgado ou o respectivo documento foi lavrado, segundo os casos. A omissão destes elementos, que, se em alguns documentos não existem, em muitos outros estão bem explícitos, além de privar os investigadores de dados muito importantes, reflecte-se negativamente na elaboração do índice cronológico. O facto de em alguns documentos não constar o dia não autoriza a eliminar a menção do mês. Num conjunto de dois ou mais documentos do mesmo ano, não é indiferente saber em que mês cada um foi redigido. O mais curioso é o brilhante critério que norteou o procedimento de quem preparou a edição, exposto no n.º 7 da página 26: — *Algunos documentos no especifican su cronologia, y no por que carezcan de ella, teniendo que sonsacarlo nosotros directamente del texto, o en su caso, hacer alguna que otra pequeña corrección que explicamos en area de notas. Por otro lado, casi la totalidad de ellos hacen referencia únicamente al año del documento sin descender al mes y dia*». E apesar de em nota esclarecer que «*en los 95 primeros documentos Ferro indicaba el mes*», o processo mais cómodo, que não o melhor, foi reduzir a data somente à menção do ano, eliminando as numerosas referências dos meses e também dos seus respectivos dias. Idêntico critério redutor verificou-se em relação ao *elemento tópico ou lugar*, onde o documento foi outorgado ou feito. Não são muito numerosas estas referências, mas, até por isso, deveriam ter sido valorizadas. Algumas são pormenorizadas, como nos documentos: n.º 341 — «... in ecclesia Sancti Petri Apostoli apud villa de Marinii...»; n.º 382 — «... in monasterio Sancti Tirsi de Ripa Avis»; n.º 392 — «*Facta donacione apud villam de Ferrariis...*», sem qualquer dificuldade de actualização para vernáculo.

Outra falta grave é a absoluta ausência dos sumários dos documentos, extremamente úteis aos investigadores, até pela economia de tempo que representam, em especial se estiverem bem elaborados, de acordo com as normas. Mas a sua importância aumenta se tivermos presente que é cada vez maior o número de pessoas sem preparação em latim, não faltando também profissionais da História a claudicarem neste domínio.

III

Informados da mutilação operada na grande maioria dos documentos e esclarecidos sobre a sistemática eliminação, com excepção do ano, dos elementos cronológicos e tópicos das datas, bem como da inexistência de sumários, a título de exemplo, apreciemos o documento n.º 1, reproduzido em fotocópia:

N.º 1

1185

In nomine Domini. Ego Petrus Nunci et uxor mea domna Guncina una cum filiis meis uobis abbati de Fenalibus et omnibus fratribus facimus cartam de hereditate nostra propria quam habemus in loco que uocatur Feruencias de Oria, sessum scilicet Molendini quantum ad nos pertinet damus et concedimus uobis pro remedio animarum nostrorum ac parentum nostrorum et ut participes sinus bonorum uertrorum. Facta carta sub E.ª M.ª CC.ª XX.ª III.ª mense nouembris. Regnante rege Alfonso Portugal. Episcopus Beltranus presidente Tude. In Ualadares princeps Pelagio Suari... Accipientes pro robore unum arietem. Qui presentes fuerunt: Menendus ts. Johanes ts. Petrus ts. Pelagius qui notuit.

Fol. 2.

A fim de melhor se compreender a extensão das mutilações operadas no documento n.º 1, vejamos, agora, a sua transcrição integral, observando, desde já, que as partes salientadas em negritas correspondem às passagens que foram truncadas ou corrigidas, em confronto directo com o *Cartulário*, guardado no Arquivo Distrital de Braga:

1185, Novembro,

Pedro Nunes, sua mulher, D.Goncina, e filhos doam ao abade

Fernando e ao convento do Mosteiro de Fiães a herdade que possuem em Fervenças de "Oria", localidade sita entre as «verandas» de Travaços e da Bouça dos Homens.

Fl. 2.

— «In **Dei nomine**. Ego Petrus Nunci et uxor mea domna Guncina una cum filiis meis vobis abbati <**Fernando Fenalis**> et omnibus fratribus **tam presentibus quam futuris** facimus cartam de hereditate nostra propria quam habemus in loco qui vocatur Feruentias de Oria, sessum scilicet molendini quantum ad nos ibi pertinet. Damus et concedimus vobis pro remedio animarum nostrarum ac parentum nostrorum et ut participes sinus bonorum vestrorum. **Habeatis igitur et possideatis ea (sic) iure perpetuo. Quod si aliquis venerit vel ven[er]imus** tam ex nostris quam de extraneis qui hunc factum nostrum irrumpere temptet sit maledictus et excommunicatus et cum Iuda traditore in inferno damnatus et insuper domino terre D^{os} solidos cogatur exsolvere. Facta carta sub Era Mª CCª XXª IIIª mense Novembris regnante rege Alfonso Portugalie, episcopus Beltranus possidente Tude, in Valadares princeps Pelagio Suariz¹. **Nos supradicti qui hanc cartam iussimus facere coram testibus, propriis manibus roboramus** accipientes pro robore unum ariete.

Qui presentes fuerunt: Menendus testis, Johannes testis, Petrus testis, Pelagius qui notuit».

¹ Corrigido de Suarii.

Mutilações idênticas, de maior ou menor extensão, foram praticadas na maior parte dos documentos deste códice, pelo que ninguém ousará contestar que o *Cartulário de Fiães foi maltratado*. Mas quem, após a revelação destes atropelos, folhear a obra, mesmo que estranhe a profusão de reticências que assinalam supressões de texto, não conseguirá atingir a real dimensão destes atentados contra a integridade dos documentos. Não cabe no âmbito desta recensão proceder aos comentários relativos a cada um dos documentos mutilados. Limitar-nos-emos, por isso, a registar apenas o que se passou com os documentos em português, em data posterior, inseridos neste cartulário, procedimento que é verdadeiramente clamoroso, como passamos a descrever:

— Assim, do documento n.º 204, que ocupa 23 linhas e meia, foram transcritas somente as primeiras duas linhas e meia, omitindo as restantes 21, sem proporcionar qualquer informação aos leitores; no documento n.º 235, foram eliminadas 25 linhas e meia; o documento n.º 237 foi mutilado no equi-valente a *duas páginas* do Cartulário; o n.º 238 omite 18 linhas; ao documento n.º 239 faltam 20 linhas; o documento n.º 240, relativo à doação do couto de Gogilde, sito na Galiza, cujos limites descreve, ficou reduzido à transcrição de duas linhas e meia, tendo sido omitidas 13 linhas, sem que, à semelhança do que aconteceu com todos os outros casos referidos, houvesse uma breve advertência ao leitor sobre estas situações. E não podemos encerrar este ponto sem revelar o que se pode considerar a sua coroa. Referimo-nos ao documento n.º 267, que é uma cópia deturpada da doação de quatro casais e meio, na «vila» rústica de Figueiredo, feita por D. Sancho I ao abade de Fiães, D. João, em Santarém, no dia 11 de Dezembro de 1199, em troca de S.^{ra} Maria da Orada, outrora doada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Fiães e, agora, concedida pelo próprio D. Sancho I aos povoadores de Melgaço (Cf. *Documentos de D. Sancho I*, p. 192). Nas notas de Ferro Couselo faltava também este documento e como não conseguiram lê-lo, no espaço destinado à transcrição, reproduziram-no fotograficamente, em escala tão reduzida que é impossível proceder à sua leitura, ao contrário do que acontece quando se entra em contacto directo com essa folha do Cartulário.

Face ao que acabamos de referir, o elevado número de *erros de leitura paleográfica*, não obstante a sua gravidade, acaba por aparecer como coisa miúda e insignificante. O pior é que a deturpação, especialmente nos topónimos impedirá qualquer curioso da história local ou mesmo qualquer investigador profissional, que, desprevenido, utilizar esta publicação, de identificar os topónimos mal transcritos ou mesmo alguns antropónimos. A mero título exemplificativo, apresentaremos somente alguns casos mais gritantes de más leituras paleográficas que chegam a alterar palavras e a sua ordem na frase, a começar pela *invocação* do documento n.º 1, que não é *In nomine Domini*, mas sim *In Dei nomine*. Na linha seguinte do mesmo documento, em vez de «*vobis abbati de Fenalibus*», está muito claro que é «*vobis abbati <Fernando> Fenalis*». No documento n.º 9, em vez de «*Pravatos*» deve ler-se *Travaços*, devendo «*partaugas*» ser escrito com maiúscula «*Partaugas*» (actualmente Partáguas), porque é isso que está no documento. No documento n.º 206 (p. 138) aparece «... ha ermida de **Santa Maria da Ona da Pella**», que ninguém poderia identificar, quando, afinal, se trata de uma doação «*ha ermida de Santa Maria da Orrada (Orada) pella*» minha leyra que jaz a sua correioira da Orrada...». Três linhas depois, está escrito «...leyra da igreja do *canpo*...», quando deveria escrever-se «... leyra da igreja do **Canpo**...», porque se trata da igreja da paróquia de Santa Maria do Campo, uma das três que havia na vila de Melgaço, extinta no século XVI pelo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires. No documento n.º 79, aparece o topónimo «**Ceinaes**», no n.º 91 «**Ceynaes**» e no n.º 180, novamente, «**Ceinaes**», quando deveria aparecer, respectivamente «**Ceivaes**», «**Ceyvaes**» e «**Ceivaes**», ainda hoje **Ceivães**.

São apenas algumas amostras de leituras erradas em topónimos. E não esquecemos

que o problema da identificação dos topónimos, particularmente quando se entra no domínio da microtoponímia, é sempre um dos maiores problemas que tem de enfrentar quem se dispuser a editar este ou qualquer outro cartulário, problema agravado, neste caso, pelas diferentes evoluções fonéticas e língüísticas verificadas em Portugal e na Galiza, até à actualidade. Se a essas dificuldades acrescerem os erros de leitura paleográfica dos topónimos, a sua divulgação será não só inútil, mas também nociva, o que é bem pior.

Mas os erros de transcrição paleográfica multiplicam-se de forma incontrolável neste momento — e também não consideramos necessário perder tempo a identificá-los todos, pois, para o efeito, seria necessário escrever outro livro. Sobre este aspecto, deixaremos, apenas, algumas amostras, a começar pelo documento n.º 1, onde, além do que sobre ele já dissemos, apontamos os seguintes casos, sem necessidade de especificarmos as respectivas linhas: *loco que, Molendini, nostrorum, sinus, uertrorum*, quando devia ser: *loco qui, molendini, nostrorum, simus, vestrorum*; no n.º 2: *pro remedium, parentum meorum in*, quando deveria ser: *pro remedio, parentum meorum et in*; no n.º 3: *ab uila Uite, cotarum*, quando devia ser: *ab illa Vite, Cotarum*; no n.º 4: *exparte, de uobis acepi, XX et*, quando devia ser: *ex parte, de te acepi, XX <morabítnos> et*; no n.º 5: *quos uobis reliquistis*, quando devia ser: *quos nobis reliquistis*. Note-se que alguns destes erros alteram completamente o sentido do texto, que se fosse interpretado tomando à letra os erros, seria incompreensível. Em relação ao documento n.º 189, que carece de um extenso comentário, registre-se apenas o seguinte: *emin, nulluis, tibi sicut, egaredo, ni, eueanos, regilr, quoliter innicem, ab rasa, ab rasas, indicium, inditio octabiabi, in cella*, em vez de: *enim, nullius, vobis sicut, Egaredo, in, Eueanos, regulariter, qualiter invicem, abrasa, abrasas, iudicium, indi[c]tio, Octabiani, in Cella*. Sem querermos abusar da paciência dos leitores devemos apresentar mais alguns casos de más leituras, agravadas por falta do respectivo espaço entre palavras, como se verifica nos documentos seguintes: n.º 235 — *Quam cerares est tam fragilis quam putribilis*, por *Quoniam cera res est tam fragilis quam putribilis*; no mesmo documento, ficaram incompletas as palavras, cujas terminações apresentamos em negritas: *Legionensis, Auriensis, Lucensis, Tudensis, Mindoniensis, Astoricensis, Zemorensis por Zamorensis e Salmanticensis*; a primeira palavra do n.º 239 *Sabham* foi pura e simplesmente traduzida para castelhana *Sepan*; no n.º 399, pode ler-se *cum contibus cun fontibus*, em vez de *cum montibus cum fontibus*.

Estas amostras bastam para se fazer uma pálida ideia do que se pode encontrar em matéria de transcrição, ao longo dos 411 documentos apresentados neste volume, número que terá de ser revisto.

É tempo de terminar, mas não poderemos fazê-lo sem um breve comentário aos índices e listagens publicados em apêndice. Os índices são necessários em qualquer estudo com uma razoável extensão e nem sempre os autores ou os editores pensam em prepará-los pelo trabalho dão, mesmo utilizando recursos informáticos. O presente volume tem índices cronológico, topográfico, onomástico, de matérias e de ofícios, profissões e cargos, que, por certo, deram muito trabalho ao seu autor, esforço que não deixamos de apreciar. Lamentavelmente, porém, estes índices ressentem-se dos defeitos que já apontámos à obra: falta de cronologia tanto quanto possível completa para cada documento e falta de actualização dos nomes de pessoas, lugares, ofícios, profissões e cargos. Assim, o índice cronológico, na prática, é um semi-índice, porque o facto de na data dos documentos não haver menção do mês nem do dia obrigou Fernández Rey a fazer um simulacro de índice cronológico, remissivo para os documentos de cada ano.

Por outro lado, sendo cada vez menor o número das pessoas com preparação em latim, e mesmo para os que a têm, que garantias há de poderem fazer correctamente a actualização dos nomes de pessoas, lugares, ofícios, profissões e cargos? Daí, a diminuta

ou mesmo duvidosa eficácia de tais índices. Estamos em crer que se tratou de um esforço pouco mais do que estéril, com uma multiplicação desnecessária de entradas, que a identificação dos topónimos permitiria simplificar, podendo servir de exemplo o caso de Alveos, na margem direita do Minho, que entra no índice como: ALUENIS, ALUEOS; ALUEUOS e ELUENIS, quando a entrada pelo nome actual, seguido de todas as variantes em latim ou em vernáculo, colocadas entre parêntesis, e das respectivas páginas, em seriação crescente, seria bem mais eficaz.

Em jeito de conclusão, resta-nos reiterar as apreciações feitas ao longo desta exposição, na certeza de que as provas que fomos apresentando para justificar as nossas afirmações, embora constituídas por simples amostras do muito que se poderia dizer, autorizam-nos a proclamar que esta obra, abusivamente colocada sob o nome de D. Jesús Ferro Couselo, que, apesar de moralmente ilibado, não sai prestigiado, bem pelo contrário, tal como acontece com os intervenientes responsáveis pela preparação da edição e da publicação, constitui um mau serviço prestado à cultura galega e deixa a sangrar o prestígio científico dos intervenientes na preparação desta edição e de quem lhe deu cobertura institucional.

Pensamos, sinceramente, que é mais um caso em que a pressa deu mau resultado.

Para terminar, não podemos deixar de acrescentar que também não está de parabéns quem exportou — íamos a dizer, clandestinamente — em fotocópia, para fora do País, este precioso *Cartulário de Fiães*, conservado no Arquivo Distrital de Braga, que acabou por ser maltratado, como, à partida, seria previsível, confirmando a realidade dos factos que não foi apenas *mal*, mas sim *pessimamente* tratado, o que é profundamente lamentável no quadro das relações culturais galaico-minhotas, pelo desrespeito que — salvas as intenções — revela por esta fonte documental portuguesa, não obstante o interesse que também tem para a História da Galiza.

E esta exportação — se quiserem, *clandestina* — contrasta frontalmente com as dificuldades que já temos encontrado em bibliotecas e arquivos portugueses, não só para obter fotocópias, mas o que é bem pior, até *para ver* algum original, a fim de podermos ler o que o mau estado do microfilme ou da fotocópia não permite ler. Felizmente, estes casos vão sendo excepções, a que os responsáveis são estranhos.

J. Marques

CÁRCEL ORTÍ, Maria Milagros - *La enseñanza de la Paleografía y Diplomática. Centros y Cursos*, Valencia, 1996, 260 p.

Nesta obra, em formato de *livro de bolso*, a Autora proporciona-nos uma informação utilíssima, que poderemos considerar *supletiva*. Com efeito, tendo o Comité Internacional de Paleografia Latina iniciado, em 1987, um inquérito destinado a recolher informações sobre o ensino de Paleografia, sem que a aplicação do projecto, iniciada pela França, tenha passado para outros países, e não se antevendo perspectivas de continuidade, a Prof.^a Maria Milagros Cárcel Ortí, da Universidade de Valência, Espanha, reconhecendo as vantagens e, até mesmo, a necessidade de um conhecimento tanto quanto possível actualizado neste domínio, empreendeu a sua recolha, apresentando, agora, ao vasto público interessado o resultado do seu inquérito pessoal.

O objectivo primário que a orientou neste trabalho foi o de saber onde se ensina Paleografia Latina e qual o estatuto atribuído a esta disciplina nos diversos centros de ensino, isto é, se é ministrada autonomamente ou em conexão com outras ciências afins, se está integrada em cursos de licenciatura, pós-graduação, cursos intensivos de verão, cursos de mestrado, cursos de doutoramento, cursos de arquivística, etc., quais as respectivas cargas horárias e créditos, etc.

Para realizar este trabalho, a A. socorreu-se de vasta bibliografia, constituída pelos programas, anuários, guias dos estudantes ou equivalentes, publicados pelas diversas instituições responsáveis pelo ensino em causa, bem como de outras fontes especializadas disponíveis, tendo completado muitas informações e colmatado lacunas, mediante a correspondência epistolar com membros da Comissão Internacional de Diplomática, a que também ela pertence, ligados ao ensino da Paleografia ou que pura e simplesmente lhe transmitiram informações pormenorizadas acerca do que neste domínio se passa nas respectivas universidades, arquivos e centros, a que pertencem.

Não é difícil admitir que numa obra como esta pode haver omissões, essencialmente devidas ao silêncio de alguns inquiridos, e ligeiras desactualizações, mercê de eventuais alterações programáticas, verificadas entre as datas do fornecimento das informações e a publicação desta obra, mas nem por isso ficará comprometido o interesse da mesma e o mérito da Autora.

E a comprová-lo aí está a estrutura deste estudo, que, em capítulos sucessivos, nos oferece uma visão de conjunto, embora sintética, sobre o estado actual do ensino da Paleografia e da Diplomática, nas diversas universidades e outras instituições europeias, americanas (do norte, centro e sul), de diversos países da África, da Ásia e da Oceania, nomeadamente: Austrália, China, Indonésia, Israel, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Senegal, Tunísia, Turquia e Zâmbia. E não será de estranhar que tenha consagrado cerca de 40% do volume ao ensino da Paleografia e da Diplomática nas universidades e instituições espanholas, especificando os cursos ministrados, número e graduação dos docentes destas disciplinas, existentes em cada universidade, etc., etc.

Da análise da vasta informação recolhida neste volume podemos salientar alguns aspectos que revelam bem a pujança do ensino da Paleografia e da Diplomática, actualmente, em Espanha, em contraste com o que se passa em Portugal. Assim, se prestarmos atenção ao número de docentes destas disciplinas, detentores dos diversos graus académicos, incluindo, obviamente, os catedráticos de Paleografia e de Diplomática, os números disponíveis levar-nos-ão a pensar também no elevado número de alunos que frequentam estas disciplinas. Detendo-nos, apenas, nos casos mais significativos, parece-nos oportuno registar que a Universidade Complutense (Madrid)

dispõe de 13 docentes para estas disciplinas; Barcelona - 7; Autónoma de Barcelona - 4; Granada - 10; Sevilha - 7; Valência - 7; Valladolid - 7; Zaragoza - 6; León - 5; Málaga - 4; Compostela - 5.

É certo que na síntese apresentada pela A., por vezes, a Paleografia aparece associada à Epigrafia e à Numismática, de acordo com o conceito mais amplo defendido por Jean Mallon, não faltando também os cursos mais especializados, consagrados à escrita ou escritas e Diplomática de determinadas épocas ou períodos históricos, podendo servir de exemplo a programação da Universidade Complutense de Madrid, onde existem cursos específicos opcionais de Paleografia da Alta Idade Média, Paleografia da Baixa Idade Média, Paleografia da Idade Moderna I, Paleografia da Idade Moderna II, e os respectivos cursos de Diplomática, não faltando também a Paleografia e a Diplomática aplicadas à investigação, como cursos obrigatórios. À semelhança do que acontece noutros domínios, no país vizinho, estão também oficialmente implantados cursos de verão especializados, como os intitulados «As escritas librarias: séculos XIII-XVI» e «Autenticidade do documento: evolução histórica», integrados no programa do curso de preparação para o doutoramento, na Universidade de Cantábria. Outro aspecto bem patente nas informações sobre a situação nas universidades espanholas é o da concentração de disciplinas afins num mesmo departamento, na sequência da legislação, há alguns anos publicada pelo poder central, relativa à reorganização departamental.

Para terminar a breve apresentação desta obra, impõe-se salientar a importância dos diversos anexos ou apêndices, que, analisados com alguma atenção, permitem conhecer melhor a situação dos estudos paleográficos e diplomáticos, bem como de outras ciências afins, nas universidades espanholas. O anexo 2, apresenta os planos de estudos das universidades espanholas que incluem a área de ciências e técnicas historiográficas, em que a Paleografia e a Diplomática ocupam um lugar de relevo. Nessa extensa lista, figura também a «Licenciatura em Filologia Portuguesa», da Universidade de Compostela.

Esta menção traz a primeiro plano a necessidade de se poder ter acesso directo às fontes manuscritas, se se quiser estudar com seriedade a história, por exemplo, do galego e do português. Os estudos feitos sobre textos publicados, mesmo concedendo que estão bem transcritos, assemelham-se a estudos feitos com fontes em segunda mão.

Se a leitura que fazemos do exemplo da Universidade de Santiago de Compostela está correcta, apetece-nos perguntar quantos filólogos, entre nós, trabalham, na actualidade, directamente sobre fontes primárias?

Por quanto dissemos e pelas numerosas informações e sugestões que esta obra proporciona, a Profª Maria Milagros Cárcel Ortí prestou um meritório serviço a quantos se interessam por estes ramos do saber.

J. Marques

Sevilla, ciudad de privilegios. Escritura e poder a través del privilegio rodado, Sevilla, Ayuntamiento, Universidad, Fundación. El Monte, 1995, 589 p.

Sevilha, que, no período de 184 (1251-1435) recebeu oitenta e dois privilégios solenes conhecidos, conta agora com mais um, qual é o de os ver devidamente publicados, podendo, em cinquenta e três casos, admirar também a sua reprodução em fac-símile. Trata-se de uma obra em formato grande, que poderemos designar *in folio*, de 32 x 22cm, mais adequado à extensão do seu volumoso conteúdo e à reprodução qualitativa dos fac-símiles, valorizados pelo vigor da quadricromia, que, para além da importância específica dos respectivos teores documentais, faz deles autênticas obras de arte.

Tal como acontece com outras obras recenseadas no presente volume desta «Revista...», também acerca desta convém observar que consta de duas partes inconfundíveis: a primeira, preenchida por quatro importantes estudos preliminares, e a segunda, mais extensa, integralmente constituída pelo texto dos oitenta e dois privilégios, em língua vernácula, a que foi associado, em adenda, um documento da Comissão Organizadora da Exposição Ibero-americana de Sevilha, de 1928, concebido à semelhança dos privilégios rodados medievais, mas impresso em papel, seguindo-se-lhe setenta e quatro páginas de útilíssimos índices.

Antes de nos referirmos a alguns dos privilégios outorgados pelos diversos monarcas a Sevilha, impõe-se dar a conhecer as linhas gerais dos quatro referidos estudos preliminares, que muito contribuirão para a compreensão, não só da colecção dos privilégios, mas também de muitos aspectos da história de Sevilha, que estes documentos solenes protagonizam.

O primeiro, subordinado ao título *Signo e símbolo en el privilegio rodado*, da autoria de Pilar Ostos Salcedo e Maria Luisa Pardo Rodriguez, professoras de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Sevilha, consta de duas partes: na primeira, as AA. esclarecem, de forma clara e expressiva, o que é o selo rodado, a sua origem, estrutura, evolução e o desaparecimento no tempo dos Reis Católicos, procedendo, na segunda, à análise do teor diplomático dos privilégios, e à apreciação da sua escrita e respectivos suportes.

Essencialmente elaborado a partir do círculo ou roda, símbolo do poder real, recebido de Deus, a origem do selo rodado tem de se buscar nos modelos patentes na documentação pontifícia, que Diogo Gelmirez procurou imitar, integrado no seu grandioso projecto de organizar a Igreja e cidade «apostólica» de Santiago à semelhança da de Roma e da Cúria Pontifícia. Na estrutura dos rodados utilizados na validação destes privilégios, além da cruz central e da legenda, são importantes também as *armas* dos reinos de Leão e de Castela - respectivamente o leão e o castelo - utilizadas, devidamente associadas, após a união política dos mencionados reinos. Iniciado o uso do rodado no reinado de Afonso VII, viria a orientar-se para o ocaso no tempo dos Reis Católicos.

Em relação à segunda parte deste estudo, gostaríamos de salientar, apenas, dois aspectos: o relevo dado à invocação monogramática, constituída pelo *crismon*, por vezes ladeado pelas letras alfa e omega, cujo simbolismo bíblico aqui se recolhe em plenitude, e a acentuação de que a menção de confirmantes, dispostos em extensas colunas, não corresponde sempre à sua presença ou assistência efectiva à outorga destes documentos solenes, como a seguinte expressão, contida num documento de Afonso X, datado de Sevilha, em 8 de Abril de 1261, transcrito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, há anos, por nós publicado, demonstra à saciedade: -«*La Iglesia de Avila vaga confirma*».

O segundo estudo, da autoria de Marcos Fernandez Gomez, intitulado *Concejo y privilegios rodados de la ciudad de Sevilla*, oferece-nos uma visão global das relações dos reis com o concelho de Sevilha, quer outorgando-lhe carta de foral e diversos bens, bem como os mais diversos privilégios, quer procedendo à sua confirmação, não se dispensando o autor de salientar o valor jurídico destes importantes actos jurídicos, muitas vezes utilizados para dirimir questões, tendo havido grande cuidado na sua preservação, como autênticas jóias de grande valor histórico que são, repetidamente afirmado nos século seguintes.

Por sua vez, Mercedes Borrero Fernandez analisou as relações entre a Igreja e a Monarquia, em Sevilha, na Baixa Idade Média, à luz de parte destes privilégios, estudo de que também daremos apenas as linhas gerais, convindo, entretanto, anotar que 51 desses 82 privilégios rodados dizem respeito a instituições eclesiásticas, embora nem todas sevilhanas. Concretizando, podemos esclarecer que 37 se encontram na e dizem respeito à catedral de Sevilha, conservando-se 14 nos mosteiros femininos de Sta. Clara e S. Clemente. Observe-se, entretanto, que neste conjunto de 51 privilégios há dois, outorgados por Afonso X, que, não obstante a sua importância, não têm relação directa com a Igreja hispalense, pois se um confirma os privilégios da Igreja de Cória e Cáceres, o outro tem o extraordinário mérito de ser a instituição de um Estudo Geral de latim e árabe, em Sevilha.

A reconquista de Sevilha e da Andaluzia estimulou a restauração da diocese e a implantação de uma rede paroquial, e implicou a necessidade de dotar a Igreja diocesana e outras instituições com bens suficientes, não só para a sua manutenção, mas também para o desenvolvimento das suas actividades, tal como se tornou necessário fundar mosteiros femininos e garantir-lhes possibilidades de desenvolvimento, além de dar resposta a muitos problemas iniciais e posteriores, a que só as instituições eclesiásticas correspondiam com eficácia, numa época em que o repovoamento era um dos objectivos fundamentais perseguidos pela monarquia e pela nobreza, entrando os mosteiros femininos também nesse projecto.

Nestas condições, fácil se torna compreender a intervenção dos vários reis mediante a concessão de adequados privilégios, como a autorização de licença para comprar 20 jugadas de terra de cultivo de cereal, ou adquirir mil cabeças de gado ou outras tantas colmeias, receber doações particulares e dotes de futuras monjas, conceder isenção do pagamento de tributos e isenção geral sobre os gados, bem como dispensar do pagamento dos dízimos do pão, do vinho, dos gados, do azeite e dos figos, etc., tanto bastando para acentuar as relações entre a Igreja diocesana e as ordens religiosas e a Monarquia.

O último dos quatro estudos preliminares, intitulado *Libro de leyes y privilegio*, foi confiado a Aquilino Iglesia Ferreirós, que além de traçar uma sinopse da obra legislativa de Afonso X e do seu projecto de condensar todo o direito no *Libro de leyes*, que seria o *Fuero real* ou expressão da vontade do rei, aplicável a toda a comunidade, como lei comum, universal. Mas porque a vontade justa do rei é o fundamento da lei, o monarca pode conceder leis particulares, contrastantes com a lei geral ou, se preferirmos, suspensivas da aplicação da lei comum em casos concretos, constituindo autênticos privilégios, que não são exclusivamente as «*cartas contra fuero*», mas, em muitos casos, são «*cartas preter forum*» ou cartas *de graça*. Esclarecidos estes e outros conceitos jurídicos fundamentais, Aquilino Iglesia Ferreirós procedeu a um extenso estudo destinado a definir as relações teóricas e práticas entre o *Libro de Leyes* ou *Fuero reale* e os privilégios rodados, estudo que habilita os leitores a uma adequada compreensão desta colecção de privilégios rodados, outorgados pelos reis às diversas instituições sevilhanas, civis e eclesiásticas.

Tendo assinalado algumas linhas dominantes dos quatro estudos preliminares, deveremos adiantar algumas notas sobre esta preciosa coleção de privilégios reais outorgados a Sevilha, através do seu concelho, e a diversas instituições aí sediadas. Também aqui teremos que de nos limitar a breves apontamentos que gostaríamos servissem de estímulo à leitura e consulta desta obra. Trata-se de uma coleção documental, tecnicamente bem organizada, de acordo com as normas da Comissão Internacional de Diplomática a que Pilar Ostos Salcedo e Maria Luisa Rodrigues Pardo pertencem. A concessão dos privilégios aqui publicados distribuiu-se por um longo período de 184 anos, entre 1251 até 1435, com a frequência indicada para os seguintes reinados: Fernando III - 2; Afonso X - 39; Sancho IV - 9; Fernando IV - 10; Afonso XI - 11; Pedro I - 1; Henrique II - 3; João I - 3; Henrique III - 3 e João II - 1. Neste conjunto sobressai o facto de Afonso X ter outorgado 39 dos 82 privilégios em estudo, o que é compreensível se recordarmos que ele participou com seu pai, Fernando III na reconquista de Sevilha, circunstância que o rei *Sábio* insistentemente vai recondando através da motivação expressa no teor de muitos dos privilégios por ele outorgados, podendo servir de elucidativo exemplo aquele em que institui, em Sevilha, um Estudo Geral de latim e árabe: - «... *por grant sabor que he de fazer bien e leuar adelant a la noble cipdat de Seuilla e de enriquecerla e ennoblecerla más, porque es delas más ondradas e de las mejores cipdades de Espanna; e porque iaze hy enterrado el muy ondrado rey don Fernando, mio padre, que la ganó de moros e la pobló de christianos; a muy grant loor grant seruiçio de Dios e a pro e a onrra de todo christianismo, e porque yo fuy con él en ganarla e en poblarla, otorgo que aya hy estudio e escuelas generales de latino e de arauigo*» enumerando de seguida um conjunto de privilégios a favor dos mestres e alunos do novo estudo geral (p. 224). Por estes e outros motivos a relação de Afonso X com Sevilha atinge intensidade e nível excepcionais. Assim, se Fernando III concedeu a Sevilha o foro de Toledo e ao cabido da catedral diversos dízimos, o rei *Sábio* confirmou esses privilégios e acrescentou ao concelho e seus vizinhos muitos outros, como a possibilidade de fazerem duas feiras anuais de trinta dias cada uma (1254), isenção da portagem das mercadorias que entrassem por terra ou por mar (1256), isenção de aposentadoria (*hospedage*) (1261), etc. Por sua vez, também não faltam as mercês a favor da catedral, à qual concedeu todas as honras e franquezas da catedral de Toledo (1256), as rendas do almoxarifado para a construção e reparação do canos da cidade (1254), diversas vilas e castelos, como o de Alcalá de Guadaira (1258), e numerosas propriedades, etc.

O acesso aos pormenores da informação contida nesta rica e importante documentação está facilitado pelo rol dos sumários e pelos índices topográfico, onomástico e de cargos e títulos.

Para terminar, cumpre-nos recordar que na maior parte dos casos a transcrição dos privilégios vai acompanhada da sua reprodução em fac-simile, em quadricromia, que muito valoriza a obra, não só do ponto de vista diplomático, mas também gráfico e bibliográfico.

J. Marques

Liber testamentorum Ecclesiae Ovetensis, Barcelona, M. Moleiro Editor, S.A., 1995, 824 p.

O presente volume, publicado no ano findo, mas só recentemente chegado às nossas mãos, é muito mais do que a transcrição integral do precioso tomo ou cartulário nº1 da catedral de Oviedo, muitas vezes consultado e referido pelos investigadores, mas até agora inacessível ao grande público. Na verdade, além da transcrição dos 89 documentos que o integram e do vários índices a que deram origem, a primeira parte da obra, que se prolonga até à página 449, é constituída por quatro valiosos estudos, que nos ajudam a compreender a estratégia e visão prospectiva do bispo Paio (Pelayo) de Oviedo, nas primeiras décadas do século XII (1098-1130), no sentido de afirmar, defender e, na medida do possível, divulgar a antiguidade, direitos e privilégios da sua diocese, de forma a garantirem-lhe autonomia suficiente para não vir a ser considerada sufragânea da arquidiocese de Toledo ou dependente de Orense, Lugo ou Burgos. Quer isto dizer que, sem olvidar o seu alcance económico, este tomo, cartulário ou colecção documental, tem de ser valorizado, no plano político-administrativo eclesiástico, pela «excepcional importância» de que se revestiu para a história da diocese de Oviedo, como frisou o seu actual Arcebispo, D. Gabino, nas palavras de apresentação deste volume.

Em obras desta natureza, o essencial é sempre constituído colecção documental, neste caso valorizada pelos quatro estudos preliminares, que fazem desta obra uma publicação modelar. No espaço disponível, não poderemos acompanhar as virtualidades de cada um deles, mesmo em linhas gerais, mas nem por isso queremos dispensar-nos de salientar algumas das suas notas dominantes, com a intenção expressa de chamar a atenção dos leitores para a necessidade de uma leitura integral.

Assim, o primeiro desses estudos, confiado a Elena E. Rodriguez Díaz, da Universidade de Huelva, é uma minuciosa análise codicológica, que, ao longo de setenta e nove páginas, examina o códice caderno por caderno, assinalando tudo o que é digno de menção, desde a composição de cada um deles e respectiva descrição gráfica, sem deixar de assinalar eventuais anomalias, como o caso da violação, logo no primeiro caderno, da conhecida regra de Gregory, passando depois a apreciar a organização ou armação da página com quanto isto implica, a encadernação, a escrita e as intervenções posteriores.

O segundo estudo, de se que incumbiu Maria Josefa Sanz Fuentes, catedrática de Paleografia e Diplomática da Universidade de Oviedo, está centrado na análise da escrita deste códice, sem esquecer também as ilustrações que o enriquecem. Não poderemos deter-nos em justificações de pormenor, mas urge assinalar que a Autora assinala o que pertence a cada uma das duas mãos intervenientes na elaboração deste tomo e contraria a tese tradicional que considera a escrita deste códice exclusivamente visigótica cursiva, escrevendo textualmente:- «Es pues, la escritura del *Liber* una creación de su primer escriba, que logra para él una caligrafía basada en un alfabeto mixto, comprensivo de formas de la visigótica redonda y de la visigótica cursiva...» (p.106), afirmações que justifica em pormenor. Não cabe nesta simples apresentação de tão extensa obra acompanhar quanto neste estudo paleográfico se expõe acerca dos sinais de pontuação e ortográficos, abreviaturas, correcções, elementos figurados, normalmente limitados à invocação monogramática e aos sinais de validação, para não falarmos já de outros aspectos significativos.

A análise dos processos decorativos e de eventuais particularidades específicas ficou ao cuidado de Joaquín Yarza Luaces, da Universidade Autónoma de Barcelona, que não deixou de evocar formas e processos decorativos de textos de séculos

precedentes e coevos, oriundos da realeza e do Papado, em ordem a conseguir o correcto enquadramento da análise que lhe foi solicitada.

Por fim, Emiliano Fernandez Vallina, da Universidade de Salamanca, ao longo de mais de duzentas páginas, ocupou-se da vida e da obra do bispo Paio (Pelayo) de Oviedo, na sua qualidade de prelado diocesano (1098-1130), a quem se deve a iniciativa de mandar fazer este importante cartulário. Proceder a este estudo não era tarefa fácil, atendendo à fama de «fabulero» e de falsário com que alguns o estigmatizaram. Fernandez Vallina, após aturado estudo foi mais suave e moderado, ilibando-o do ferrete de falsário, embora reconheça que houve diversas interpolações, explicáveis no contexto político-administrativo eclesiástico, que podia pôr em risco a independência da sua diocese.

Dada a importância fundamental para a história da diocese de Oviedo, Fernandez Vallina traduziu para castelhano um conjunto de documentos deste cartulário, considerados dignos de maior divulgação, prestando, assim, um excelente apoio a muitos investigadores, até agora sem possibilidade de acesso à leitura do texto latino, mesmo que estivesse impresso.

A segunda parte da obra, que assim nos permitimos designar, é constituída pela transcrição integral do tomo, da responsabilidade da Prof^a. Sanz Fuentes - e isto dispensa-nos de quaisquer outros comentários -, seguida do rol dos documentos pela ordem de entrada neste cartulário e pelos índices cronológico, antroponímico e toponímico, igualmente da sua autoria, que muito valorizam este tomo, pela facilidade que oferecem na recuperação da informação nele contida.

Antes de concluirmos, gostaríamos de sublinhar o facto de esta obra ficar a dever-se à conjugação de esforços de professores de quatro universidades tão afastadas como Oviedo, Salamanca, Huelva e Barcelona, que constituíram uma verdadeira equipa coesa e dialogante, que dispensou qualquer coordenação externa..

À maneira de síntese final, diremos apenas que, independentemente do seu valor intrínseco e dos objectivos que presidiram à organização deste tomo, agora divulgado, pelo cuidado posto nos estudos introdutórios, destinados a esclarecerem o leitor comum sobre a verdadeira importância e o alcance desta fonte histórica, a sua publicação ficará como uma referência modelar para as edições de textos similares.

J. Marques

PAVIOT, Jacques -*La politique navale des Ducs de Bourgogne: 1384-1482*, Presses Universitaire de Lille, 1995, 389 p.

Se, no dizer do próprio Autor, esta obra pretende colmatar uma lacuna historiográfica existente sobre a temática mencionada no título, em relação ao Ducado da Borgonha, no período de cerca de um século, balizado pelos anos de 1384 a 1482, facilmente se reconhecerá o seu interesse e importância para nós portugueses, que nem sequer temos notícias conhecidas dos raros artigos que lhe foram consagrados, aliás de difícil acesso aos próprios naturais. E o interesse deste estudo ganhará novas perspectivas se recordarmos que a política naval dos Duques da Borgonha evoluiu na sequência das vicissitudes da Guerra dos Cem Anos, da Guerra das Duas Rosas e de outros acontecimentos políticos e militares de nível internacional, que condicionaram e, em parte, resultaram do êxito desta política. E poderemos ampliar o quadro, recordando que este progressivo desenvolvimento da navegação borgonhesa é coevo da frequente presença dos barcos portugueses no portos do Norte da França, na Flandres e no Mar

do Norte, e dos primeiros ensaios dos holandeses para a navegação à distância, como Jacques Paviot claramente escreve.

Nesta obra, que se lê com muito agrado, antes de passar à exposição dos sucessivos passos dados pelos duques borgonheses na implantação da sua política naval, estuda a criação das instituições ou cargos responsáveis pela sua execução prática e as funções inerentes a cada um deles, devidamente especificadas, bem como a questão da justiça marítima, fundamental neste domínio. As referidas estruturas assentavam, essencialmente, nos *almirantados* e *baliados* das várias localidades estratégicas, cuja hierarquização e atribuições o A. procura caracterizar, de acordo com a documentação existente, nem sempre tão explícita como seria de desejar, e na qualidade das pessoas escolhidas para assumirem tais funções.

A parte central da obra explica em pormenor a evolução desta política, que gradualmente deslizou dos projectos de invasão da Inglaterra, nos anos 1384-1387, para a conquista da Holanda, da Zelândia e da Frísia, e outras regiões que foram sendo incorporadas por diversos títulos, com a conseqüente ampliação dos seus domínios e respectivo desenvolvimento naval, que, a partir de 1438, lhe permitiria participar em diversas cruzadas e em missões de socorro aos cavaleiros de Rodes, ameaçados pelos Mamelucos (1441-1442), e responder positivamente a diversos apelos pontifícios para as sucessivas cruzadas contra o infiel, promovidas, respectivamente, por Eugénio IV (1443-1445); e nova cruzada contra os turcos, após a queda de Constantinopla, em repetidas iniciativas, entre 1453 e 1465, para não falar já de outras lutas, em que a travada contra a França, entre 1470-1482.

Ao longo do século XV, os interesses económicos nesta região, que nos ocupa de momento, eram muitos, não sendo de admirar os diferendos marítimos dos Duques de Borgonha com diversas potências europeias, como Aragão, Nápoles, Génova, Castela, ducado da Bretanha, reino da Inglaterra, a Hansa e os reinos da Dinamarca, Noruega e Suécia e outros, muitas vezes originados no apresamento de barcos, litígios que o A. desenvolve com onecessário pormenor.

No VI e último capítulo, o A. trata dos instrumentos da política naval seguida pelos Duques da Borgonha, isto é, refere os portos mais importantes, nomeadamente o de L'Écluse, e procede à especificação os diversos tipos de embarcações utilizadas pelos navegadores borgonheses, merecendo referência especial o facto de neste conjunto se integrarem algumas caravelas construídas por portugueses, sobretudo no porto de L'Écluse e em Bruxelas, sabendo-se também que para as expedições militares ao Mediterrâneo, de 1456 e de 1463, o Duque da Borgonha foi aconselhado a munir-se caravelas portuguesas, aspecto que não podemos silenciar, tanto mais que põe em relevo a superioridade técnica da construção naval portuguesa. E tratando-se de uma política naval, para além do comércio, voltada para a actividade bélica, impunha-se referir os tipos de armas globalmente utilizadas nos confrontos bélicos no mar e no mar e em terra, bem como as peças preferidas para artilhar os diversos navios de guerra. Embora disponde de escassa documentação, o A. não deixou de prestar atenção aos problemas do quotidiano a bordo, deixando-nos os elementos possíveis, relativos à alimentação e aos viveres mais documentados.

Como mais acima referimos, esta obra de Jacques Paviot, que por mais de uma vez se tem dedicado também a temas portugueses ou mais concretamente para o conhecimento das relações franco-portuguesas, não poderá deixar de merecer a atenção dos investigadores da história naval, até pelas possibilidades que abre de futuros estudos comparativos nesses domínios.

Miscellània d'estudis dedicats a la memòria del Professor Josep Trenchs I Òdena, in «Estudis Castellonencs», Diputació de Castelló, vols. 6* e 6**, 1994-1995, 1536 + V pp.

Os dois grossos volumes de «Estudis Castellonencs», a que nos vamos referir, recolhem os 112 trabalhos produzidos para servirem de homenagem póstuma ao dinâmico e estimado professor Josep Trenchs I Òdena, na plenitude da vida arrebatado do convívio de tantos amigos. Talvez para alguns dos leitores portugueses o nome deste professor da Universidade de Valência não diga muito, atendendo a que estava dedicado a uma área do saber que, entre nós, alguns teimaram, durante muito tempo, em considerar de segunda ordem ou mesmo marginal, talvez mais para camuflarem a sua impreparação nestes domínios, que não por lhes desconhecerem a importância.

Josép Trenchs I Òdena, estudante da Universidade de Barcelona, onde terminou a licenciatura em 1966, tal como já tinha acontecido com outros, não obstante a sua irrequietude política juvenil, foi integrado pelo professor Emílio Sáez no grupo dedicado à investigação sobre a Idade Média, por ele organizado e dirigido no âmbito da Universidade de Barcelona. Tendo-lhe reconhecido especiais qualidades e vocação para a investigação, no momento oportuno, criou-lhe as condições necessárias para poder frequentar a Scuola Pontificia di Paleografia e Diplomatica, o Istituto di Paleografia dell'Università di Roma, o Archivio Segreto Vaticano y a Biblioteca Apostolica Vaticana, que, no contacto com Giulio Battelli e outros especialistas, lhe proporcionaram uma formação esmerada e a possibilidade de desenvolver projectos de investigação conducentes à elaboração da sua tese de doutoramento, intitulada *Benedicto XII y la Corona de Aragón*.

Tendo conseguido, por concurso público, em 1978, o lugar de professor agregado de Paleografia e Diplomatica, ascendeu pouco depois à cátedra, e, em 1980, criou o Departamento de Paleografia, que soube desenvolver e estruturar com um importante quadro de professores. Membro das Comissões Internacionais de Paleografia e de Diplomatica, era Vice-Presidente desta última, quando a morte o surpreendeu, interrompendo um *curriculum* notável, como professor, investigador e promotor de iniciativas científicas e culturais, de que as seis edições dos cursos universitários de Castelló-Benassal e o Congresso Internacional sobre o tabelionato ou notariado podem servir de elucidativos exemplos.

A sua morte foi profundamente sentida e a comunidade científica ligada à Paleografia e Diplomatica, a que, gostosamente, nos associamos, homenageou-o, preparando os cento e doze (112) estudos publicados nestes dois volumes.

Feita esta breve justificação da merecida homenagem, promovida pelos seus discípulos e a que se associaram tantos amigos de toda a Europa, resta-nos apenas chamara atenção para a importância destes dois volumes da revista «Estudis Castellonencs», de 1994 e 1995, não só pela riqueza de informação neles contida, tanto sob o ponto de vista paleográfico, como diplomático, arquivístico, do calendário, história do livro, instituições religiosas, etc., etc., como pelas inovações metodológicas que aí se podem encontrar, que, dada a extensão da obra, não podemos pormenorizar.

Para além do objectivo específico desta obra - homenagear a memória do professor Josep Trenchs I Òdena -, as colaborações espontâneas aqui reunidas revelam a vitalidade da Paleografia, da Diplomatica e das ciências afins na Europa.

E não poderíamos terminar esta breve notícia sem felicitar, na pessoa do professor Francisco M. Gimeno Blay, o Departamento de Paleografia da Universidade de Valência pela homenagem promovida ao seu organizador e impulsionador.

J. Marques

Cofradías de la Santa Vera-Cruz. Actas del I Congreso Internacional de Cofradías de la Santa Vera Cruz (Sevilla, 19-22 de marzo de 1992). Dirigido por José Sanchez Herrero, Sevilla, Ceira-4, 1995, 808 p.

Preenchendo integralmente o nº 4 da revista «Ceira», órgão do Centro de Estudios e Investigación de la Religiosidad Andaluza, este grosso volume recolhe a totalidade das 27 conferências («ponencias») e das 21 comunicações apresentadas ao congresso referido em epígrafe, que constituiu um acontecimento científico de alto nível, como revelam os estudos aqui publicados, cuja exposição oral o signatário teve oportunidade de acompanhar.

Antes de prosseguir, impõe-se observar que este Congresso revestiu-se de uma particularidade, normalmente, ausente em congressos históricos. É que não se tratava apenas de olhar para o passado com o intuito de o compreender o melhor possível, mas pretendia-se que o conhecimento da origem, estrutura e vicissitudes sofridas por muitas dessas confrarias, especialmente dedicadas à veneração da Paixão e Morte de Cristo, pudesse contribuir para a revitalização das existentes, dentro do seu mais genuíno espírito e das normas emanadas do Concílio Vaticano II, consubstanciadas no Código de Direito Canónico vigente. Se, porventura, alguém duvidasse deste objectivo, bastar-lhe-ia ler atentamente a conferência inaugural do Congresso, que abre também o presente volume, intitulada *Las Hermandades de Vera Cruz entre la Historia y el Futuro*, proferida pelo Arcebispo de Sevilha, D. Carlos Amigo Vallejo, a de Júlio Manzanares, Catedrático de Direito Canónico na Universidade Pontifícia de Salamanca, apresentada imediatamente a seguir, sobre *Las cofradías de Semana Santa a la luz del Derecho y de las actuales corrientes pastorales* e a de J. Riu Martin, com o sugestivo título, *El desafío de la Verdad de la Cruz ante los jóvenes de 2000*, para dissipar tal estado de espírito.

Comentar ou mesmo só resumir a riqueza de conteúdo teológico, histórico, religioso, cultural e social contida nos quarenta e oito estudos reunidos nestas *Actas* ultrapassa o âmbito desta simples apresentação. Entretanto, valerá a pena recordar a estruturação temática deste Congresso Internacional, patente na seguinte distribuição das 27 conferências (ponencias): 4 gerais e restantes 23 destinadas ao estudo das confrarias da Vera Cruz nos seguintes países: Espanha - 8; Bélgica - 1, França - 2, Itália - 5, Portugal - 2, América - 5; e das comunicações: Espanha: - Andaluza - 12, Extremadura - 1, León - 1, País Vasco - 1, Valência - 2; Itália - 1 e Perú - 1. Obviamente, esta distribuição não corresponde a qualquer critério apriorístico, mas reflecte, apenas, o resultado das respostas adesões obtidas.

Estes números, além de nos darem uma ideia rigorosa da dimensão da internacionalização do Congresso, permite-nos conhecer melhor algumas das localidades espanholas e europeias onde o culto da Santa Vera Cruz estava fortemente implantado, havendo, por certo, outras também importantes, que, por falta de relatores, não foi possível conhecer e divulgar.

Insistimos na impossibilidade prática apreciar individualmente os estudos publicados. Mesmo assim, não se poderão olvidar as múltiplas e preciosas informações que proporcionam, nos domínios de religiosidade e do associativismo popular, da história das mentalidades, da arte, da economia, da missão, etc., parecendo oportuno, a título de exemplo, recordar que uma das confrarias representadas no Congresso foi a «Benemérita y Gloriosa Archicofradia de la Vera Cruz de Caballeros», da cidade de Lima, no Perú, fundada pelo Marquês Francisco Pizarro, em 1541, que «sigue siendo una asociación al servicio de Dios y de los hombres con una venerable antigüedad dedicada a fines de caracter espiritual, religioso y fundamentalmente a incentivar el culto y devoción a la Santa Cruz» (p. 801).

De um modo geral, os estudos publicados neste volume procuram revelar a essência das confrarias da Santa Vera Cruz que se propuseram tratar e divulgar. Este exemplo colectivo é digno de ser imitado, em relação a muitas outras confrarias, que têm como titulares: SS.^{mo} Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, S. Sebastião, Almas do Purgatório, etc., de acordo com as tendências devocionais diocesanas e regionais, explicáveis por múltiplos factores, também eles passíveis de futuros estudos.

Estas *Actas* exemplificam as múltiplas vantagens da realização de iniciativas similares, entre nós, até pelas oportunidades que proporcionariam de incentivar a conservação do património artístico e do espólio arquivístico das confrarias, em muitos casos, extremamente valiosos. Apesar disso, continuamos a pensar que, em estudos e realizações desta natureza, para não distorcer a realidade, importa conhecer bem a essência das instituições e não se deixar embalar por uma qualquer novidade editorial, mesmo procedente do estrangeiro, donde, a par de publicações excelentes, também chegam outras que esvaziam completamente as instituições, pretensamente estudadas, do seu espírito e objectivos estatutários.

Estudar as confrarias apenas pelos seus aspectos externos ou pelas estatísticas dos números extraídos da sua documentação, sem captar a sua verdadeira dimensão religiosa, equivalerá a levantar um corpo sem alma...

J. Marques

FERNANDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio - *El tumbillo de San Bieito do Campo (Santiago)*, Granada, 1995, 191 p.

Um dos contributo que os professores universitários da área de História ou mais expressamente dedicados às ciências da escrita e da documentação, como a Paleografia, Diplomática, Arquivística, Codicologia e outras, podem e devem fornecer para o estudo da História e da história local é pôr ao alcance dos interessados fontes documentais a que muitos, pelas mais variadas razões, não têm possibilidade de acesso. É certo que nem sempre é possível responder a este desiderato, mas o princípio mantém-se, e são de saudar os casos em que tal se verifica, não se ignorando que, muitas vezes, essas realizações ocorrem mais por amor à terra natal do que por dever profissional. Quando, porém, estes dois vectores convergem para o mesmo objectivo, a obra nasce palpitante de vida.

Pensamos que foi precisamente isso o que aconteceu com este *pequeno tombo* - expressão que é a forma mais correcta de traduzir para português o diminutivo *tumbillo*. Na verdade, o Autor, como ele próprio afirma, optou pelo estudo desta colecção de cinquenta e seis documentos da capela de S. Bento (Benito ou Beito) do Campo, mais tarde elevada a sede de paróquia, sita em pleno centro da cidade de Santiago de Compostela, terra da sua naturalidade, como trabalho de investigação a apresentar numa das suas provas académicas. Trata-se de um estudo que, além de lhe permitir demonstrar a sua capacidade e preparação científica e técnica, lhe proporcionou a satisfação de divulgar uma colecção documental do maior interesse para o conhecimento dos antecedentes desta paróquia compostelana.

Estruturalmente, esta pequena obra é constituída por uma sucinta introdução, que ocupa apenas as dez primeiras páginas, seguida da transcrição integral dos cinquenta e seis documentos, que integram a colecção, e das concordâncias e índices, indispensáveis para a completa recuperação da informação nela contida, tudo executado

de acordo com as normas vigentes para a edição de fontes desta natureza, matéria em que o A. é especialista e mestre consumado.

Não vamos, por isso, deter-nos em observações relativas à transcrição e apresentação dos documentos e à elaboração das concordâncias e índices, preferindo salientar que, no breve estudo introdutório, além de explicitar o sentido deste projecto, o A. procede a uma descrição codicológica do *tumbillo*, fornece elementos fundamentais para o estudo da instituição, na fase pré-paroquial, e revela a importância linguística latente nesta colecção documental. Cremos ser este último um dos aspectos de candente actualidade para a história do galego, já que Fernandez de Viana y Vieites consegue demonstrar que os primeiros cinquenta dos cinquenta e seis documentos publicados estão escritos em galego e que, a partir de 1480 se assiste a um claro projecto de cerceamento do uso escrito do galego, em contraste com o progressivo predomínio do castelhano, promovido com o patrocínio oficial.

Esta a lição dos documentos, que não pode deixar de ser interpretada em consonância com a política centralizadora dos Reis Católicos, Fernando e Isabel.

À luz desta conclusão, mais uma vez nos apraz recordar a vantagem que haveria na concretização de um projecto conjunto das Universidades do Porto e de Santiago de Compostela para a publicação da documentação galaico-portuguesa, há anos sugerido. Tal projecto permitiria definir melhor os contornos da diferenciação entre o galego e o português, inclusive nos aspectos gráficos, bem palpáveis, sensivelmente um século antes da referida imposição do castelhano e subalternização do galego pela via notarial, documentada no *tumbillo* que estamos a apresentar.

Por tudo isto e pelo contributo dado para a história local, esta obra de Fernandez de Viana e Vieites fica como mais um estímulo à correcta publicação de fontes documentais medievais, também entre nós.

J. Marques

Die Diplomatie der Bischofsurkunden vor 1250. La Diplomatie épiscopale avant 1250, herausgegeben von Christoph Haidacher und Werner Köfler. Referate zum VIII Internationalen Kongress für Diplomatie. Innsbruck, 27 September - 3. Oktober 1993, Innsbruck, 1995, 564 p.

No quadro das publicações de colóquios e congressos da Comissão Internacional de Diplomática, a edição das *Actas* do Congresso realizado em Innsbruck, de 29 de Setembro a 3 de Outubro de 1993, em menos de dois anos, representa um período relativamente curto, merecedor do aplauso geral, sobretudo, se atendermos à extensão da obra.

Como é usual no âmbito desta Comissão Internacional, os colóquios e congressos são sempre temáticos, tendo sido consagrado o de Innsbruck ao estudo da *Diplomática dos documentos episcopais antes de 1250*, que, além dos membros da Comissão, reuniu um número muito elevado de docentes e investigadores interessados na investigação nesta área da Diplomática, demonstram as quarenta e quatro comunicações publicadas neste volume, nas cinco línguas oficiais admitidas pela Comissão de Diplomática nos seus congressos: alemão, inglês, francês, italiano e espanhol. Embora não se possa dizer que estamos perante uma cobertura generalizada das principais dioceses e arquidioceses da Cristandade de então, podemos afirmar que estas *Actas* constituem um precioso contributo para o conhecimento das características da Diplomática Episcopal na Europa Ocidental e também em alguma dioceses da parte oriental.

O tema prestava-se a ser encarado de ângulos diversos e assim aconteceu, na realidade, sempre com grande amplitude temática, cronológica e até geográfica, bastando apontar alguns títulos, traduzidos para português ou conservados nas línguas originais: *Os bispos na História Medieval de Tirol*; *Documentação pontifícia e episcopal - séculos XI-XIII*; *A documentação episcopal polaca c. de 1300*; *Chartes archiépiscopales et episcopales en Hongrie avant 1250*, *Sobre os documentos do arcebispos e bispos dinamarqueses da Idade Média até cerca de 1250*, *Diplomatica episcopal de Valencia (1240-1300)*, *Documentos y cancelleria episcopal de Burgos anterior a 1300*, *Documentos e cancellerías episcopales de la Andalucía Bética en el siglo III*, *Las sedes de Baeza-Jaén, Córdoba y Sevilla*, *Documento y cancelleria episcopal en Oviedo anterior a 1300*, *La chancellerie de l'évêque de Lamego au XIII siècle*, *La chancellerie archiepiscopale de Braga (1071-1245): Quelques aspects*, *La chancellerie et la diplomatie archiépiscopales de Braga à la fin du Moyen Âge, etc.*

Os congressos servem também para a difusão de experiências de investigação em curso e das respectivas metodologias. Neste caso, o contributo veio da França, onde Michel Parisse dirige um grupo que se dedica à recolha, estudo e publicação de documentos episcopais da Idade Média, tendo já chegado a conclusões que têm obrigado a corrigir muitos dados históricos e a visão de certos acontecimentos, que até agora corriam errados. O exemplo levou já à constituição de mais quatro grupos, que, geralmente, tomam como área de investigação uma ou mais dioceses, podendo mesmo optar por uma província eclesiástica.

Esta breve resenha de alguns temas tratados nestas *Actas*, exige que se esclareça que outros aspectos importantes são abordados e desenvolvidos noutras comunicações, que não é viável mencionar aqui. Não obstante esta omissão, temos de salientar a importância que estas *Actas* assumem no presente e para o futuro, não só pelos resultados dos estudos nelas contidos, mas também pelas sugestões e perspectivas metodológicas que abrem.

O que até aqui deixamos escrito, além de apresentar, sucintamente, estas *Actas*, pretende também alertar para elevado nível dos estudos de Diplomática, no estrangeiro, enquanto, entre nós, é apenas um pequeno grupo que se vai esforçando por acompanhar o ritmo imposto de fora, aguardando-se para breve a conclusão das primeiras teses de doutoramento na área de Diplomática, que se espera venha a conhecer seguro desenvolvimento.

J. Marques

Vocabulaire International de la Diplomatie. Commission Internationale de Diplomatie. Comité International des Sciences Historiques, M^a. Milagros Cárcel Ortí, ed, Generalitat Valenciana. Conselleria de Cultura. Universitat de València. Servei de Publicacions, 1994, 309 p.

A busca de respostas aos numerosos problemas levantados pela reconhecida necessidade de normalização, aos diversos níveis, faz parte, de forma acentuada, das generalizadas preocupações de muitas instituições, desde há décadas. A Comissão Internacional de Diplomática, consciente da urgência que se fazia sentir neste domínio, não ficou indiferente a este movimento e, desejosa de que os seus membros e outros investigadores pudessem dispor de um instrumento de trabalho que definisse com rigor os vários conceitos de que frequentemente todos usam, lançou e assumiu o projecto de preparar um *Vocabulário de Diplomática* a que todos pudessem recorrer para esclarecer o significado exacto de termos e conceitos, correntes em Diplomática.

O projecto, lançado pelo professor Henri-Bautier, que durante muitos anos lhe dedicou o melhor do seu esforço e muito saber, polarizou as atenções de vários colóquios técnicos da Comissão Internacional de Diplomática, tendo sido publicada, em 1984, a edição preliminar, na revista «Folia Caesarugustana. I», mercê das diligências do professor A. Canellas, de Saragoça. A inclusão e redacção de novas entradas continuou, passando-se, depois, à fase de tradução das entradas, do francês para as seguintes línguas: latim, alemão, inglês, catalão, dinamarquês, espanhol, magiar, italiano, neerlandês, português, romeno e checo, que viriam a ser publicadas, na segunda parte da obra, onde ocupam as páginas 151-308.

O *Vocabulário* é constituído por seiscentas e quarenta e uma (641) entradas, sendo 555 de Diplomática propriamente dita e as restantes 86, do âmbito de Sigilografia e da Cronologia, igualmente necessárias ao diplomata.

Em relação à apresentação das entradas nas diversas línguas nacionais, convém anotar que há uma primeira lista, que respeita a numeração ascendente, seguida pelo próprio *Vocabulário*, e, depois, um índice em que os termos são ordenados alfabeticamente, constituindo um precioso instrumento de acesso à informação contida nas entradas.

A publicação desta obra foi assumida pela Universidade de Valência, através do seu Serviço de Publicações, embora com a colaboração da Generalitat Valenciana e da Conselleria de Cultura. Face aos elementos decorativos utilizados neste volume, não há dúvida de que Portugal safu privilegiado, pois na composição da capa entram exclusivamente os selos dos nossos primeiros reis, reproduzindo-se também, como ilustração, a primeira página das constituições sinodais de Braga, aprovadas no sínodo reunido por D. Luís Pires, em 1477, gentileza que ficamos a dever à professora Cárcel Ortí, bem como toda a solicitude posta para que os problemas gráficos do português fossem resolvidos até ao último pormenor, o que é raro acontecer com textos portugueses editados em Espanha, merecendo, também por isso, o nosso aplauso.

Trata-se de uma obra utilíssima a quantos têm de proceder ao tratamento de documentos, no âmbito da investigação e da própria arquivística, embora nela haja aspectos omissos, por exemplo, em relação à Diplomática eclesiástica.

J. Marques

El Notariado Andaluz en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna. I Jornadas sobre el Notariado en Andalucía . Del 23 al 25 de Febrero de 1994. Pilar Ostos Salcedo - M^a. Luisa Pardo Rodríguez, Rdit., Ilustre Colegio Notarial de Sevilla, 1995, 338 p.

Estavam prestes a regressar definitivamente à tipografia as últimas provas desta «Revista», quando o correio nos trouxe em epígrafe, que não poderíamos deixar de recensar, embora de forma muito sintética, mas suficiente para se ter uma ideia segura do seu conteúdo. Cumpre-nos, por isso, adiantar que se trata das *Actas das Primeiras Jornadas sobre el Notariado en Andalucía*, realizadas de 23 a 25 de Fevereiro de 1994, promovidas pelo Ilustre Colégio Notarial de Sevilha.

O presente volume é constituído, essencialmente, por oito estudos, sendo os dois primeiros, de carácter teórico — poderemos mesmo dizer doutrinários — da responsabilidade dos professores italianos Vito Piergiovanni, catedrático de História do Direito na Universidade de Génova, que dissertou sobre *Scienza giuridica e Notariato italiano tra Medioevo ed Età Moderna* e Silio P.P. Scalfati, catedrático de Paleografia e Diplomática nas Universidades de Pisa e Siena, que se ocupou do tema *Charta, Breve, Instrumentum. Documenti privati e Notariato nell'Italia Medioevale*. As restantes seis comunicações analisam os problemas do Notariado nos finais do século XV e primeiras décadas do século XVI, nas cidades andaluzas de Málaga, Granada, Córdoba, Sevilha e Jerez de la Frontera, parecendo oportuno observar que a reconquista de Málaga ocorreu em 1487 e a de Granada cinco anos mais tarde, em 1492, enquanto as outras três já estavam sob o domínio cristão desde o século XIII. Em relação a Málaga e Granada é evidente que aí o notariado só foi estabelecido, no período subsequente às datas das mencionadas reconquistas, pelo que se situam perfeitamente nos limites cronológicos constantes do título da obra que estamos a apresentar. Além do prólogo, da autoria de Manuel Aguilar Garcia, Decano do Ilustre Colégio Notarial de Sevilha, os estudos reunidos neste volume são precedidos das sínteses de cada um deles, feitas por José Bono, que permite um primeiro contacto com o essencial dos conteúdos dos mesmos.

Embora seguindo metodologias diferentes, de uma forma geral, estes estudos, além de tratarem da implantação do notariado em regiões recém-conquistadas ou de estabelecerem uma ligação rápida com as suas origens no século XIII, abordam as formas de acesso a este ofício, os caracteres externos e internos dos documentos específicos da Diplomática Notarial, os elementos preliminares, as fases da *conscriptio* ou redacção do documento e, sobretudo, analisam o teor diplomático dos vários tipos documentais produzidos.

Estas *Actas*, se por um lado permitem conhecer os aspectos fundamentais do notariado nas cinco cidades andaluzas atrás referidas, por outro comprovam, mais uma vez, a vitalidade dos estudos de Diplomática em Espanha, a nível académico, e o interesse e patrocínio que lhe dispensam instituições profissionais, como o Ilustre Colégio Notarial de Sevilha, que já nos tem brindado com outras publicações importantes nos domínios do notariado.

Para além da difusão do conhecimento do notariado andaluz que estas *Actas* proporcionam e difundem, é de esperar que o exemplo das jornadas, transmitido ao futuro no conteúdo deste volume, frutifique também além fronteiras...

J. Marques

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C de — *A formação do Brasil Colonial*. Prefácio de José Luiz Werneck da Silva, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994, 362 p.

Nesta obra, os Autores, professores e investigadores especializados em História e Direito, estudam a história do Brasil colonial, desde a sua descoberta até 1808, ano da fixação da Família Real no Rio de Janeiro — reconhecendo, no entanto, que as marcas coloniais sobreviveram e ultrapassaram a data da independência (1822) —, e procuram fazê-lo dentro da concepção da história global vigente nas últimas décadas.

Embora o casal Wehling declare na introdução que «*o livro se destina a um público leitor não especializado em história*», e que tem como objectivos — *ser uma síntese razoavelmente actualizada do conhecimento disponível sobre a história colonial; analisar as linhas básicas de organização do Brasil entre os séculos XVI e XIX (1808), considerando a interação dos níveis político, económico, social intelectual e das mentalidades; e apontar algumas raízes estruturais dos problemas brasileiros contemporâneos* —, urge reconhecer que não deixará de ser útil também a especialistas, auxiliando-os a verem mais longe do que o mundo estreito do seu campo de investigação e análise.

Especialistas que são no campo da Teoria da História, antes de entrarem nos aspectos historiográficos propriamente ditos, os Autores traçam uma breve síntese da evolução do pensamento na Metrópole e no Brasil sobre a formação colonial brasileira, com especial relevo para o que ocorreu no último século, a que não são estranhos os novos rumos de pensamento, posteriores à Primeira e Segunda Guerras Mundiais e outras tendências mais recentes. Um aspecto digno de menção é que os Autores, conscientes de que a matriz de muitas instituições brasileiras, desde os primórdios da colonização se encontram em Portugal, estudaram com alguma extensão o processo da expansão marítima portuguesa atlântica, à luz do contexto internacional, até à descoberta do Brasil. Depois seguem-se os capítulos relativos à fixação costeira e implantação do regime das capitanias, a fase de lenta penetração para o interior, articulada com os ciclos económicos, com o aumento da escravatura de procedência africana, as vicissitudes político-militares inerentes à presença dos holandeses, franceses e ingleses, que não se podem dissociar da oposição europeia ao império espanhol, que, após 1580, tão negativamente se fez sentir também sobre as os territórios anteriormente sob dominação portuguesa, quer no Brasil e ilhas atlânticas, quer em África e no Oriente.

Em todo este processo histórico, no século XVIII, a busca do ouro e dos diamantes, com a actividade mineira que estimularam, bem como os complexos e delicados problemas das fronteiras, agravados pela penetração de novas ideias, que foram sedimentando a ânsia de autonomia nos espíritos mais esclarecidos, foram-se tornando progressivamente cruciais para o governo português sobre o Brasil.

A par das situações e acontecimentos ligados à formação e consolidação territorial do Brasil, os Autores desenvolveram o estudo da economia, tanto em relação à agricultura de latifúndio e de pequena propriedade, respectivamente ligadas à prática da escravatura e do regime de trabalho livre, como à agropecuária, mineração, etc. Simultaneamente, ia-se progredindo na miscigenação dos grupos humanos em presença, com a inevitável hierarquização social, a que a acção missionária da Igreja procurava fazer chegar a mensagem da doutrina cristã, nem sempre assimilada na sua pureza original. Embora lentamente, ia crescendo o gosto pela instrução e pela cultura, acolhendo-se também as novas ideias, contrárias à discriminação jurídica entre os membros dos vários estamentos sociais, e ao poder absoluto, então vigente. A crise generalizada, a vários níveis sentida nesta colónia portuguesa acabou por fazer explodir

algumas bolsas de maior descontentamento, que nem a presença da Corte no Brasil conseguiu debelar. Viviam-se tempos novos a que esta grande colônia, que os portugueses formaram, deixando-lhe estruturas e unidade linguística, não poderia ficar imune, ascendendo, finalmente, à independência em 1822.

A leitura integral e reflexiva sobre esta obra permitirá descobrir melhor como os Autores foram estudando a história do Brasil durante o período colonial, dentro de um enquadramento permanente da situação portuguesa em si e nas suas relações com esta colônia, e das sucessivas conjunturas europeias, sem esquecer os factores internos que iriam contribuir para modelar as formas de sentir e de pensar dos povos brasileiros, a que o século XIX forneceria novos condimentos.

Esta obra termina com um balanço sobre os três séculos de história vivida à sombra de Portugal, posição que os Autores procuraram condensar dizendo que o Brasil chegou ao século XIX com dois fardos: — o «*do capitalismo industrial anglo-saxónico e do mundo político criado pela Revolução Francesa: a tradição ibérica, com suas peculiaridades culturais, sociais e políticas; e a condição colonial. A primeira dominava as mentalidades e a vida social; a segunda a economia e a acção do Estado*».

No fim, esta obra apresenta um bibliografia, em que, a seguir a um conjunto de obra gerais, se indicam outras específicas sobre a temática dos vários capítulos desenvolvidos neste volume, constituindo no seu conjunto uma boa orientação de leitura.

J. Marques

AUTRAND (Françoise), *Charles V, le Sage*, Paris, Fayard, 1994, 914 pp.

«(...) les besoins des peuples changent, en souvenirs comme en tout. L'histoire de France, privée d'utilité sinon de légitimité, se défait aujourd'hui peu à peu. Que reste-t-il des certitudes enseignées aux écoliers de jadis sur Charles V et du Guesclin, la guerre de Cent Ans et les sages Marmousets? La guerre? (...) à quoi bon rappeler ces vieilles querelles entre la France et l'Angleterre dans une Europe où — Dieu merci! — la France n'a plus d'ennemis?»¹

É mais uma biografia régia o último livro da Grande Senhora da *Nova História Política* da tardo-Idade Média francesa. Ou, como nas suas próprias palavras, mais uma tentativa de «écrire "l'histoire de France" à travers la vie d'un roi»². Aliás, o medievalismo francês nunca terá perdido inteiramente uma tal tradição. A coleção em que a presente obra se integra é como que um repositório. E, com efeito, têm-nos dado nas últimas décadas os historiadores de além-Pirenéus sólidas sínteses sobre (e tendo apenas em conta os sécs. XIV-XV) Filipe o Belo (1285-1314)³, Filipe VI (1328-1350)⁴, João o Bom (1350-1364)⁵, Carlos VI (1380-1422)⁶, Luís XI (1461-1483)⁷, Carlos VIII (1483-1498)⁸ e Luís XII (1498-1515)⁹.

¹ «Introduction» da obra recenseada, p. 4.

² Cf. Françoise AUTRAND, Dominique BARTHÉLÉMY e Philippe CONTAMINE, «Espace (L') français: histoire politique du début du XI^e siècle à la fin du XV^e», in *Histoire (L') Médiévale en France: bilan et perspectives*, ed. Michel BALARD, Paris, Seuil, 1991, pp. 101-25, maxime 106.

³ Cf. Jean FAVIER, *Philippe le Bel*, Paris, Fayard, 1978; e Robert-Henri BAUTIER, «Diplomatique et histoire politique: ce que la critique diplomatique nous apprend sur la personnalité de Philippe le Bel», *Revue Historique*, CCLIX/1 (1978), pp. 3-27.

⁴ Cf. Raymond CAZELLES, *Société (La) politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois*, Paris, Librairie d'Argences, 1958.

⁵ Cf. Id., *Société politique, Noblesse et Couronne sous Jean le Bon et Charles V*, Genèbra/Paris, Droz, 1982; e Jean DEVIOSSE, *Jean le Bon*, Paris, Fayard, 1985. Sobre a obra de R. Cazelles, cf. A. L. de Carvalho HOMEM, «Raymond Cazelles (1917-1985)», in Id., *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte, 1990, pp. 48-53.

⁶ Cf. *Bibliografia*, [5].

⁷ Cf. Pierre-Roger GAUSSIN, *Louis XI. Un roi entre deux mondes*, Paris, Nizet, 1976.

⁸ Cf. Yvonne LABANDE-MAILFERT, *Charles VIII et son milieu. La jeunesse au pouvoir*, Paris, Klincksieck, 1975; Id., *Charles VIII. Le vouloir et la destinée*, Paris, Fayard, 1986.

⁹ Cf. Bernard QUILLIET, *Louis XII*, Paris, Fayard, 1990. É óbvio que estou a ter exclusivamente em conta a produção bibliográfica de historiadores franceses. A lista poderia ainda alargar-se, nomeadamente com as contribuições dos norte-americanos Joseph R. STRAYER (*The Reign of Philip the Fair*, Princeton — New Jersey, Princeton University Press, 1980) e Paul Murray KENDALL (*Louis XI*, trad. franc., Paris, Fayard, 1974), e do inglês Malcolm VALE (*Charles VII*, Oxford, 1974). Sobre a obra de J. R. Strayer, cf. A. L. de Carvalho HOMEM e Judite Gonçalves de FREITAS, «"On a Medievalist's Death": Joseph R. Strayer (1904-1977)», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, II sér., VIII (1991), pp. 439-45.

Chega a vez de Carlos V (1364-1380)¹⁰. A obra de Françoise Autrand compreende uma *Introdução* e duas partes («*Jeunesse (1338-1364)*» e «*Sagesse (1364-1380)*»), espreiadas por um total de 34 capítulos.

Tomemos a *Introduction* (pp. 3-8). A Autora começa por evocar as ‘certezas’ da III República sobre Carlos V e o seu tempo: a expulsão do estrangeiro do solo pátrio; a boa administração exercida por «sábios conselheiros»; e a instrução. Ou seja, «*la liberté, l'unité et le progrès, dans un cadre national fermement cerné de bleu-blanc-rouge*» (p. 4). Mas o nosso século foi assistindo à ‘desconstrução’ respectiva:

— A guerra não é mais evocanda neste fim-de-século marcado por uma certa forma de construção europeia (cf. excerto transcrito a abrir);

— as ideias de «ruína da feudalidade» e de «declínio da nobreza» foram reduzidas à sua justa dimensão pelos trabalhos de Raymond Cazelles, historiador qualificado de «genial»: «*c'est lui qui a levé le tabou et renouvelé notre vision du XIV^e siècle, en montrant que la classe politique est alors résolument dominée par la noblesse*» (p. 5);

— e quanto ao «progresso da instrução», simbolizável numa biblioteca régia de 910 livros manuscritos, foi não raro reduzido a uma «empresa de propaganda», destinada a construir a imagem do *rei cristianíssimo*, do *imperador no seu reino*, de Carlos, o *Sábio* (p. 5).

Da celebração oitocentista ao olvido tardo-novecentista: será este o destino de Carlos V? É a propósito destas ‘flutuações’ da imagem do monarca na consciência dos Franceses que F. Autrand (re)coloca a questão do «Estado Moderno», do seu arranque (*décollage*), dos seus altos e baixos. Evocam-se os três grandes momentos ducentistas:

— O tempo de Filipe Augusto e os progressos da burocracia;

— a época de S. Luís e a reforma (hierarquizante) da Justiça, com o estabelecimento de um cume no Parlamento parisiense;

— e a era de Filipe o Belo, a rapidez dos progressos da administração régia, a emergência da Câmara das Contas, os métodos eficazes e racionais (eventualmente brutais) (pp. 6-7).

Ora os acontecimentos subsequentes (ascensão dos Capetos/Valois [1328], a guerra, as derrotas, o ónus da fiscalidade) pareceriam um passo atrás. Face a face estariam, agora, os partidários do «Estado Moderno» e os da realeza tradicional (respeitadora de privilégios, de velhos costumes, de laços pessoais). Entre estas duas vias (adianta desde já a Autora, para o «leitor apressado»), «*Charles V (...) a tracé son propre chemin*» (p. 7): caminho «moderno», e passando pela defesa da unidade indivisível do reino e da *honra* da Coroa; o que se busca não pela *brutalidade* dos métodos, mas por formas peculiares de *concertação*, pela ‘constitucionalidade’ do édito sobre a maioria dos monarcas franceses, por uma «política deliberada de *descentralização*».

¹⁰ Época aliás que, e em termos de sociedade política, estivera já presente na obra de R. Cazelles cit. *supra*, nota (5).

Tal é o quadro problemático em que se move o livro de F. Autrand. Completam o volume uma *Cronologia* (pp. 855-8), dez quadros genealógicos (pp. 859-68) e uma *Bibliografia* temática (pp. 868-75).

Uma interrogação final: quando é que os nossos medievistas se afoitam de vez a obras desta natureza? É óbvio que um D. Dinis, um Afonso IV, um Afonso V ou mesmo um João II carecem ainda de basta investigação. Mas um Afonso III, um Pedro I, um D. Fernando, um D. João I (há um antecedente ilustre num pequeno volume devido a Damião Peres, datado de 1917¹¹), um D. Duarte... Haverá que estimular os editores? Ou os historiadores?

Porto, 7 de Agosto de 1995

Armando Luís de Carvalho Homem

BIBLIOGRAFIA

(Principais obras de Françoise Autrand)

- [1] *Pouvoir et société en France (XIV-XV^e siècle)*, Paris, PUF, 1974.
- [2] *Naissance d'un grand corps de l'État. Les gens du Parlement de Paris (1345-1454)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981.
- [3] [Ed.] *Conscience (La) européenne aux XV^e et XVI^e siècles. Actes du Colloque*, Paris, ENSJF, 1980.
- [4] [Ed.] *Prosopographie et genèse de l'État Moderne. Actes de la table ronde*, Paris, ENSJF, 1986.
- [5] *Charles VI. La folie du roi*, Paris, Fayard, 1986.
- [6] *Histoire de la fonction publique en France*, ed. M. PINET, I. *Des origines au XV^e siècle*, Paris, Nouvelle Librairie de France, 1993 (em colaboração com Eric BOURNAZEL e Pierre RICHÉ).

¹¹ Reed.: Damião PERES, *D. João I*, Porto, Vertente, 1983.

FICHEIRO DE ENTRADAS

- Abrente: Revista de la Real Academia Gallega — n.º 25 (1993).
Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia — n.º 14/15 (1993/1994).
Africana — n.º especial 3 (1995); n.º 15 (1995).
Al'uya: revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé — n.º 3 (1994).
Anais: série História — vol. 1 (1994).
Azulejo — n.º 1 (1991); n.º 2 (1992).
Beira Alta — vol. 54, n.º 1/2 (1995); vol. 54, n.º 3/4 (1995).
Boletim/Santa Casa da Misericórdia do Porto — ano 3, n.º 7 (1995); ano 3, n.º 8 (1995); ano 3, n.º 9 (1995).
Boletim do Arquivo Histórico Militar — vol. 61 (1995).
Brigantia: Revista de Cultura — vol. 15, n.º 1 (1995).
Cadernos do Noroeste — vol. 6, n.º 1/2 (1993); vol. 7, n.º 1 (1994).
Callipole: Revista de Cultura — n.º 2 (1994).
Compostellanum: Revista de la Achidiocesis de Santiago de Compostela — vol. 3, n.º 3/4 (1994).
Cuadernos de Historia Moderna — n.º 15 (1994).
Cuadernos del Cemyr — n.º 1 (1993).
Didaskalia — vol. 24, n.º 1 (1994); vol. 24, n.º 2 (1994).
Estudis Castellonencs — n.º 6 (1994/1995).
Estudos Ibero-Americanos — vol. 20, n.º 1 (1994); vol. 20, n.º 2 (1994).
Faventia — n.º 16/1 (1994).
Historia, Instituciones, Documentos — n.º 21 (1994).
Humanística e Teologia — vol. 15, n.º 3 (1994); vol. 16, n.º 1/2 (1995).
Jerónimo Zurita: Revista de História — n.º 65/66 (1992); n.º 67/68 (1993).
Lusíada: Série de História — n.º 3 (1995).
Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France — vol. 55 (1995).
Mínia — 3.ª série, n.º 1 (1993); 3.ª série, n.º 2 (1994).
Monumentos — n.º 1 (1994); n.º 2 (1995); n.º 3 (1995).
(El) Museo de Pontevedra — vol. 45 (1991).
Obradoiro de Historia Moderna — vol. 4 (1995).
Perficit — vol. 19, n.º 1 (1995); vol. 19, n.º 2 (1995).
Revista Agustiniiana — vol. 36, n.º 109 (1995); vol. 36, n.º 111 (1995).
Revista Catarinense de História — n.º 3 (1995).
Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — n.º 5 (1990/1991), n.º 6 (1992/1993); n.º 7 (1994).
Revista de Ciências Históricas — vol. 9 (1994).
Revista de Estudios Extremenos — vol. 51, n.º 1 (1995); vol. 51, n.º 2 (1995).
Revista de Historia das Ideias — vol. 16 (1994).
Revista Portuguesa de História — vol. 29 (1994); índices (1941/1993).

